

2 DE MAIO

**NO SPGL NUNCA ESTÁS SOZINHO
ESTAMOS TODOS NA LUTA PELA EDUCAÇÃO
E PELA NOSSA PROFISSÃO**



SPGL 416 Anos

SPGL: SER PROFESSOR É TAMBÉM ESTAR SINDICALIZADO

DOSSIER:
Da Telescola ao #EstudoEmCasa

Sites e Blogs



Museu do Aljube Resistência e Liberdade

<https://www.museudoaljube.pt/>

O Museu do Aljube - Resistência e Liberdade é dedicado à história e à memória do combate à ditadura e ao reconhecimento da resistência em prol da liberdade e da democracia.

É um sítio musealizado e um museu histórico que pretende preencher uma lacuna no tecido museológico português. Projetando a valorização dessa memória na construção de uma cidadania responsável e assumindo a luta contra a amnésia desculpabilizante e, quantas vezes, cúmplice da ditadura que enfrentámos entre 1926 e 1974, pode ler-se no site.

O museu recolhe memórias testemunhais de resistentes e ex-presos políticos que passaram pelas Cadeias da PIDE, como me-

morialização das experiências de opressão e luta dos combatentes pela Liberdade.

Online estão extratos significativos de diversos testemunhos e alguns documentos reveladores. Estão também disponíveis pequenas biografias dos opositores mortos durante os anos de ditadura em resultado da tortura, de maus tratos, na prisão ou simplesmente assassinados.



CoronaKids

<https://www.coronakids.pt/>

"A Laura tem doze anos e vive com a mãe, a irmã e o irmão. Os quatro vivem estes dias de isolamento em casa, como quase todos nós, ao abrigo da COVID-19". Uma outra história é narrada por sete crianças "que deparam com uma realidade totalmente nova e diferente da que estavam habituadas a viver. A escola fechou e têm dúvidas perante algo com o qual nunca lidaram". Estas são duas das histórias que se podem encontrar no site CoronaKids.

A editora Ideias com História criou este novo site lúdico-pedagógico, em parceria com a Direção-Geral da Saúde, com o objetivo de informar diretamente crianças e jovens sobre a COVID-19.

Informações úteis sobre a doença - como "O que é o coronavírus?" e "O que é uma pandemia?" -, curiosidades, jogos, livros, vídeos, atividades... são múltiplos e diversificados os recursos disponíveis gratuitamente.

É também um site para os adultos, que querem acompanhar os mais novos. Há mesmo alguns materiais especialmente direcionados, como por exemplo, um "Manual de primeiros socorros para pais e filhos" ou o vídeo "Como explicar a uma criança a importância das medidas de distanciamento social e isolamento?".

Sofia Vilarigues

Rigor, exigência, bom senso

Admite-se que o regresso às aulas presenciais comece na segunda quinzena de maio com o 11º e o 12º ano e só para as disciplinas cujos exames determinem o acesso ao ensino superior. A lógica do exame sobrepõe-se aos argumentos mais racionais de que deveríamos começar pelos mais pequenos, mais resistentes à infeção segundo os dados disponíveis e para quem o longo confinamento em casa é mais difícil de suportar, o que permitiria libertar os pais para o regresso ao trabalho presencial quando necessário. Provavelmente é isso que vai ser decidido. O que me irrita (e entristece) é ler, ver e ouvir uns tantos professores que, não estando comprovadamente doentes, defendem desde já que não vão regressar à escola porque temem ser infetados. Aceitaríamos que médicos e enfermeiros se recusassem ir aos hospitais com o mesmo receio? E que os trabalhadores que recolhem o lixo dissessem o mesmo? E que nada pudessemos comprar porque todas as lojas estariam fechadas? E os cozinheiros que nas nossas escolas garantem (ou distribuem) refeição às crianças necessitadas?

Claro: todos estes trabalhadores exigem que sejam tomadas as necessárias medidas de proteção. É isso que os professores têm de exigir ao Ministério da Educação e aos diretores. A abertura terá de ser faseada e, obviamente, sujeita à apreciação soberana dos serviços de saúde. Mas sejamos realistas: o risco de infeção da nossa profissão é bem menor que a de outras profissões em que, tal como na nossa, a presença é necessária. A menos que defendamos que a relação professor-aluno se realiza completamente no ensino à distância...

Desta vez somos gregos...

Mesmo massacrados e humilhados pelos “frugais” países ricos do Norte (“vivíamos acima das nossas possibilidades”, “gastávamos o dinheiro em mulheres e copos” e outras jargadas do mesmo teor) uns tantos portugueses (sobretudo governantes e comentadores políticos) vociferavam: nós não somos gregos, Portugal não é a Grécia, numa atitude de vergonhosa falta de solidariedade com um povo ainda mais massacrado e humilhado que o nosso.

Desta vez, porém, somos gregos, espanhóis, italianos, franceses, ingleses, e alguns outros. Uns tantos países do Norte europeu abrem já as garras do seu hipócrita moralismo: os preguiçosos do Sul que se amanhem, nós tratamos de nós... Objetivamente estamos dependentes da União Europeia. Para o bem o bem se ela for capaz de pôr em marcha um sério plano de recuperação económica capaz de atenuar as desigualdades entre o Norte e o Sul. Para o mal se, como temo, com a convivência dos frugais (leia-se: ricos também à custa da nossa pobreza) países do Norte da Europa, o divinizado mercado e os fundos abutres lançarem sobre nós as suas garras predadoras.

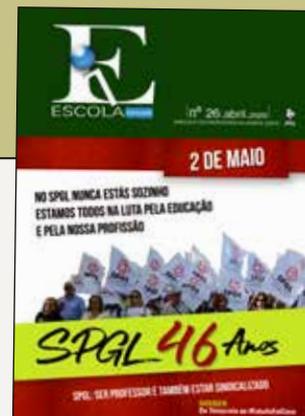
Mas nós vamos resistir se desta vez houver solidariedade entre os povos do Sul gravemente atingidos pela pandemia. ■

Miguel André

Nº26

ABRIL 2020

SUMÁRIO



[4. Editorial. José Feliciano Costa](#)

[5. Dossier. Da telescola ao #EstudoEmCasa](#)

[6. Entrevista com Mª Emília Brederode Santos](#)

[9. A minha telescola](#)

[10. CPTV... EBM... TELESCOLA... Aventuras no Reino da Educação](#)

[12. Telescola revisitada](#)

[15. Na Primeira Pessoa](#)

[16. A minha passagem, enquanto aluna, pela telescola há 53 anos...](#)

[18. Telescola – quatro décadas na Educação](#)

[20. Ensino à distância: como estão a reagir pais e estudantes](#)

[24. Cidadania.](#)

[24. O capitalismo digital e o triunfo das consciências ingênuas](#)

[26. Lutar contra a crise do COVID-19](#)

[28. É o momento de ensinar os mais novos a entender o mundo](#)

[29. A distância](#)

[30. Escola/Professores](#)

[30. Trabalho e horário docente em tempo de pandemia Covid-19](#)

[32. Toda esta transformação é resultado de muitas horas de trabalho por parte do corpo docente](#)

[34. O ensino à distância ou o cumprimento do 4.º Desafio Estratégico do governo à custa do investimento dos professores e das famílias](#)

[36. Ensinar e aprender em tempo de crise](#)

[38. E depois de Abril veio Maio](#)

[40. A Atualidade do 25 de Abril](#)

[41. Lutar! Defender a saúde e os direitos dos trabalhadores! Garantir emprego, salários, serviços públicos](#)

[43. Aos Sócios](#)

[45. Consultório Jurídico.](#)

[Exercício de funções não docentes](#)



ficha técnica:

Diretor: José Feliciano Costa . **Chefe de Redação:** Manuel Micaelo . **Conselho de Redação:** António Avelãs, Albertina Pena, Paula Rodrigues, Paula Santos, Joaquim Veiginha, Carlos Leal . **Redação:** Lígia Calapez e Sofia Vilarigues (Jornalistas). **Design Gráfico e Paginação:** Dora Petinha. **Capa:** Dora Petinha sobre fotos de Pixabay e Freepick . **Composição:** Fátima Caria . **Revisão:** Lígia Calapez . **SPGL** . Edição e Propriedade de: **Sindicato dos Professores da Grande Lisboa**, Rua Fialho de Almeida, 3, 1070-128 Lisboa . **NIPC:** 501057528 **Periodicidade:** Mensal. **Depósito legal:** 9157/85 . **ICS:** 109893.



José Feliciano Costa

DIRETOR ESCOLA INFORMAÇÃO

Os sindicatos têm de ser parceiros neste processo

Caros colegas

Em tempo de confinamento e Ensino@Distância, o sobretrabalho que já existia, duplicou ou até triplicou, para a esmagadora maioria dos professores.

Um professor que tem 100, 200 ou mais alunos, prepara, envia e corrige, semanalmente, centenas de trabalhos; responde a dúvidas dos alunos e dos encarregados de educação, sem hora marcada, pois está à distância de um clique. Trabalha numa miríade de plataformas, dá aulas síncronas e assíncronas, resolve problemas sociais se for diretor de turma e mesmo que não o seja e se tiver cargos na escola, coordena, organiza e resolve.

De facto, são autênticos heróis, como já foi reconhecido. Mas para quê?

É a pergunta que muitos de nós fazemos; de facto, as escolas e os seus professores têm conseguido fazer autênticos milagres, mesmo em condições adversas e não é a primeira vez que o fazem.

Mas será que se justifica, num processo que devia ser apenas de consolidação de conteúdos já lecionados, esta voragem vertiginosa, que se traduz numa total desregulação dos horários de trabalho? Afinal para que serve continuar o “ensino online” quando estas “aulas” até já foram objeto de pirataria informática, expondo e ridicularizando os seus intervenientes, nomeadamente alunos e professores, para servir de passatempo, por exemplo, no Youtube?

O encerramento das escolas colocou, a todos nós, novos desafios e novas exigências. Os professores tiveram que, de uma forma totalmente inesperada e repentina, desenvolver competências informáticas e, paralelamente, fazer um esforço enorme para tentar garantir que todos os seus alunos continuassem a contar com o apoio que sempre tiveram, tarefa impossível de concretizar.

Se a decisão for reabrir as atividades letivas presenciais para o ensino secundário e também para o ensino superior, se a curva epidemiológica o permitir, claro está, serão necessárias medidas que não coloquem em risco nem alunos nem professores. Isso implica negociar com os sindicatos mais representativos dos professores, não só agora, mas também em setembro, no início do próximo ano letivo.

As escolas reabrirão presencialmente em maio, supostamente apenas para os alunos dos 11.º e 12.º anos e as medidas de distanciamento social implicarão, necessariamente, turmas desdobradas; obviamente, tal exige a contratação de mais professores e os espaços escolares terão que ser reorganizados, designadamente as salas de aula, as bibliotecas, os refeitórios, bares, espaços de convívio, entre outros.

No próximo ano letivo, em setembro, colocam-se várias questões às quais terão de ser dadas respostas: Como recuperar os conteúdos atrasados? Como preparar a abertura gradual e o retorno às normalidade, com a forte possibilidade desta abertura provocar um aumento do número de infetados num corpo docente envelhecido? Os sindicatos têm de ser parceiros neste processo de recomeço, é fundamental que as organizações mais representativas dos professores participem ativamente neste processo.

Colegas

Este é o tempo de celebrar Abril, de celebrar aquela madrugada em que um conjunto de homens arriscaram as suas carreiras e as suas vidas para lançar as sementes da esperança de um Portugal mais justo, livre e democrático. Em Maio, celebremos, também, o dia em que o povo saiu à rua para festejar em liberdade o Dia do Trabalhador. No dia 2 de maio, escassos dias após o 25 de Abril, nasce o que viria a ser o maior Sindicato de Professores de todo o país.⁽¹⁾ ■

(1) “Em Lisboa, a Comissão Coordenadora dos Grupos de Estudo desenvolve contactos com professores de outros graus de ensino (ensino superior e primário) ligados à luta antifascista, contacta os dirigentes do Sindicato Nacional de Professores de ensino particular, a organização corporativa que representava os professores do ensino particular e que tinha na sua direção professores democratas, e convoca a classe para uma Reunião Geral de Professores no dia 2 de maio, às 21.30, em local que será oportunamente divulgado através dos órgãos de informação, o que foi feito por uma convocatória, divulgada nas escolas de Lisboa e de concelhos limítrofes (a Norte a Sul),mas também do Ribatejo, Alentejo e do Algarve....

A reunião geral, prevista inicialmente para o ginásio da Escola Preparatória Manuel da Maia, em Campo de Ourique, teve de ser transferida para um outro local com maior capacidade, devido à afluência de Milhares de professores que, com o seu peso, ameaçavam fazer colapsar o chão do ginásio, para além de ocuparem todos os espaços circundantes da escola. O local encontrado pela proximidade (e por ter instalação sonora pronta a funcionar), foi o Pavilhão dos Desportos, que encheu as suas bancadas com os professores participantes numa reunião que começa cerca da meia-noite e termina depois , na manhã já de 3 de maio. É esta reunião que marca, oficialmente a fundação do Sindicato de Professores da Zona da Grande Lisboa (SPZGL), mais tarde SPGL.

In “ SPGL - Memórias Partilhadas- 1974 - 1986

A Constituição dos sindicatos dos professores num contexto de mobilização revolucionária

(1974-1976), Maria Manuel Calvet e António Teodoro



Dossier

ESCOLA INFORMAÇÃO DIGITAL Nº26 ABRIL 2020

Da telescola ao #EstudoEmCasa

Que pontos de contato há, ou não, entre a telescola e o #EstudoEmCasa?

Que memórias se guardaram da experiência da telescola? Como está a ser vivenciado hoje o ensino à distância?

Estas e outras questões são abordadas neste dossier. Inicialmente numa entrevista com Maria Emília Brederode dos Santos. Por testemunhos de quem foi professor ou aluno da telescola. E também através de algumas notas em torno de um estudo do Observatório Das Políticas de Observação e Formação.

Boas leituras ■

Foto: CNE



“Gostava que na escola se aprendesse cada vez mais a pensar, a sentir e a agir”

Entrevista com **Maria Emília Brederode Santos**, presidente do Conselho Nacional de Educação

• Lígia Calapez e Sofia Vilarigues

!Jornalistas!

“Gostava que na escola se aprendesse cada vez mais a pensar, a sentir e a agir – e de preferência que se ajudasse cada um a descobrir a sua paixão e a construir o seu caminho”

El - Telescola e #EstudoEmCasa. Há alguma semelhança (para além do meio utilizado)? Ou são coisas completamente diferentes? Como avalia a experiência da telescola?

O #EstudoEmCasa é uma resposta a uma emergência provocada pelo encerramento de escolas e a impossibilidade de ensino presencial, situação decorrente da Pandemia do CoVid 19. A primeira resposta consistiu no recurso ao ensino a distância através

da Internet. Dada a inexistência ou insuficiência de equipamento e formação em muitas famílias e até mesmo entre professores, recorreu-se também à televisão em sinal aberto que hoje existe em praticamente todas as casas em território português. Fatalmente foi uma solução implementada em pouquíssimo tempo, quase sem possibilidades de preparação e ensaio. Mas foi importante!

A telescola nasceu em legislação creio que de 1964, ao tempo do Ministro Galvão Teles, e foi exibida a partir da segunda metade dos anos 60. Também nasceu para responder a um problema – a falta de escolas e professores do 2º ciclo que permitissem dar cumprimento ao prolongamento da escolaridade obrigatória de quatro para seis anos - mas pôde contar com tempo de preparação. Era também um sistema mais complexo: as pessoas só se lembram

das emissões televisivas mas na realidade tinha três componentes: um ensino presencial (assegurado por dois professores do 1º ciclo/monitores – um para a área das Letras e outro para a das Ciências - a quem era dada formação e acompanhamento); as emissões televisivas; e a documentação escrita com manuais, exercícios e instruções para os professores ou para os monitores. A Telescola passou por várias fases que não vou aqui desenvolver, mas que certamente merecia uma descrição mais completa. (Há pelo menos um pequeno historial feito por Rogério Fernandes, no livro coordenado por M. Manuela Silva e M. Isabel Tamen, “Sistema de Ensino em Portugal”, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1971)

Como existiu sobretudo em meios rurais e isolados (embora tenha chegado também a haver

postos por exemplo em Lisboa e no Porto!) e para colmatar a falta de oferta do ensino direto, teve a reputação de ser um ensino mais pobre, de “segunda”. Orientei uma pequena avaliação que comparou o desempenho de alunos do 7º ano, provenientes uns do ensino direto e outros da telescola, mas ambos os grupos pertencentes ao mesmo meio rural. Embora a dimensão da amostra não possibilite a generalização dos resultados, a constatação de um idêntico desempenho (com melhores resultados para o Francês oferecido pela Telescola) parece-me verosímil. No entanto, o desempenho académico não seria o único objetivo visado e outras razões terão levado ao fim da telescola, designadamente a solução do problema que estivera na origem da sua criação.

Aqui o que me importa assinalar é que houve tempo para preparar (que incluiu até a ida do seu principal organizador, José Baptista Martins, a outros países com experiências semelhantes, como a Itália, para seu estudo e aconselhamento) e uma cuidada organização envolvendo formação em exercício dos docentes para o efeito. Não foi obviamente o caso do EstudoEmCasa que, não só obedeceu a uma “emergência”, como também não pode contar com as outras duas dimensões (apoio presencial e documentação escrita para o efeito).

Poderia contar um pouco da sua experiência na Rua Sésamo, na perspetiva da educação dos mais novos (e menos novos)? O que mudou com a Rua Sésamo?

Também não é justo comparar o “EstudoEmCasa” com a Rua Sésamo. A 1ª série “Rua Sésamo” (houve mais três) começou a ser preparada em 1987 e estreou a 6 de novembro de 1989. Ou seja: beneficiou de dois anos de preparação e assentou numa experiência anterior com mais de 20 anos. De facto, a matriz, o programa “Sesame Street”, estreou nos EUA em 1969, produzida por uma empresa criada especial-

mente para o efeito em 1967, num período em que os movimentos dos direitos civis foram particularmente ativos, designadamente o movimento de afirmação da minoria étnica afro-americana, seguida da hispânica e dos movimentos feministas. A desigualdade das condições de ensino e das oportunidades educativas foi uma das mais denunciadas e várias foram as respostas de educação compensatória ensaiadas, especialmente com a oferta de educação pré-escolar com currículos acentuando o desenvolvimento cognitivo e a preparação para a entrada na escola. Investindo largamente numa produção de “grande espetáculo televisivo”, mas também na investigação e orientação pedagógicas, o “Sesame Street” teve um enorme êxito interno e expandiu-se internacionalmente segundo várias modalidades. Assim, todas as produções são diferentes embora respeitem o modelo original de colaboração pedagogia-produção e o formato “magazine” adotado. Em Portugal, duas preocupações sociais estiveram na base do projeto “Rua Sésamo”:

- A promoção da língua portuguesa entre os imigrantes vindos sobretudo dos PALOP e a tomada de consciência da televisão como fator capaz de preservar e divulgar a língua portuguesa em África;

- O combate ao insucesso escolar e ao seu carácter socialmente discriminatório, que se verificava sobretudo na 1ª fase do 1º ciclo, enquanto a educação pré-escolar abrangia pouco mais de 30% das crianças de 3 a 5 anos.

Justificava-se, portanto, um programa orientado por objetivos acentuadamente cognitivos, designadamente para um maior domínio da língua portuguesa oral e para a aprendizagem da leitura e da escrita e que tivesse em conta as crianças de 3 a 6 ou 7 anos portuguesas, mas também imigrantes e nos PALOPs.

A “Rua Sésamo” foi, como se sabe, um enorme sucesso – tanto cá como em África. Em Portugal fizemos uma avaliação que

mostrou, entre outros resultados, como quase todas as crianças daquela faixa etária (e também muitas mais velhas) a viam regularmente, a apreciavam muito e tinham aprendido muito do que o programa pretendia ensinar – não só nos objetivos de língua, matemática e conhecimento do meio, mas também nouro tipo de aprendizagens sociais como a valorização das diferenças. (para mais informação, ver Maria Emília Brederode Santos, “Aprender com a Televisão: o Segredo da Rua Sésamo”, Lisboa, TV Guia Ed., 1991).

Acho que muita coisa mudou com a “Rua Sésamo”, mas sobretudo acho que os pais – e toda a sociedade – compreenderam como as crianças pequenas são capazes de aprender e que importantes são as aprendizagens feitas nessa idade!

Por outro lado, para os meios de comunicação social e, em especial para a televisão, foi uma revelação perceber que um programa assumidamente educativo podia ser um grande sucesso.

Para mim foi especialmente importante verificar como um programa de tv educativo deve ser preparado desde o início numa colaboração entre a produção e a pedagogia. E isso, claro, requer tempo e algumas competências sociais como o ser capaz de se colocar no lugar do outro e compreender o seu ponto de vista!

Em tempos de crise – como a que vivemos atualmente – há sempre agudização, revelação de problemas já existentes e de novos problemas. Mas também oportunidades para criar outros futuros. Naturalmente em todas as áreas. Mas falamos aqui de educação e de escola: Que questões mais prementes do ensino, da vida das escolas e comunidade escolar, ressaltam?

Como já disse atrás, esta situação veio tornar mais visíveis as grandes diferenças sociais existentes na sociedade portuguesa e mostrar como elas se repercutem na desigualdade de oportunidades

educativas. A investigação em Ciências da Educação há muito que mostra como o insucesso escolar é socialmente discriminatório. Mas essa constatação não saía muito do mundo da Educação. As coisas passam-se de tal maneira que o insucesso ou o sucesso na escola é só atribuído a méritos individuais. Ora esta situação veio tornar evidentes as desigualdades e os seus efeitos nas aprendizagens: são os equipamentos que não se possuem ou não em número suficiente para pais em teletrabalho e/ou mais do que um filho em tele-estudo. Mais do que isso: são os pais que não têm tempo nem se sentem capazes de ajudar os filhos nas suas aprendizagens escolares. A verdade é que, por muito que tenhamos aumentado a escolarização da população – e aqui vou citar o Estado da Educação 2018, - “Relativamente à média europeia, Portugal tem mais do dobro de adultos entre os 30 e os 34 anos nos níveis mais baixos de formação” (CNE, Estado da Educação 2018, Lisboa, Conselho Nacional de Educação, 2019, p.17). Ou seja: pais cansados, angustiados com a perspetiva de desemprego ou de lay-off, pouco escolarizados e pouco conhecedores da “cultura de escola”, mais dificilmente terão tempo, paciência e saber para poderem ajudar os filhos num modo de aprendizagem para o qual estes também não estavam preparados. Foram tomadas medidas importantes: a continuação do fornecimento de refeições (em regime de take away) para quem delas necessitasse, a disponibilização pelas escolas de equipamento tecnológico adaptado para crianças com NEE, a mobilização das autarquias e da sociedade civil para conseguir equipamento... Isso e o enorme esforço feito por escolas e professores para chegar a todas as crianças – foi muito impressionante e estou certa de que alunos e pais se deram conta da importância que as escolas atribuíam aos seus alunos e à sua educação. Podemos pensar que daqui decorrerá um reconhecimento e uma maior valorização

da escola e dos professores.

Falando agora de oportunidades. Não estamos a viver apenas um curto período difícil. A escola não será a mesma. Que apostas poderemos fazer para uma evolução positiva? Neste momento haverá todas as condições para a valorização da importância da escola, em diferentes áreas – da cidadania à arte. Que se poderá fazer para que a oportunidade não se perca?

Por tudo isso, a fase de desconfinamento será um momento importante para reorganizar a escola e repensar a educação. Entre o ensino presencial da turma com o professor que “dá” a matéria para um “aluno médio” inexistente na vida real e o ensino à distância pela internet em que cada um se tem que organizar sozinho – há uma série de outras possibilidades. E já que as escolas vão recomençar com as precauções de afastamento social que este vírus renitente ainda requer, podemos pensar em situações em que o aluno reúne em pequenos grupos com um professor, preparando, planificando e apresentando o seu trabalho, e outras em que o aluno trabalha autonomamente recorrendo aos instrumentos digitais entretanto já conseguidos e para os quais receberá a formação que possa ainda ser necessária. Situações ainda de trabalho individual e outras de trabalho coletivo (mesmo que à distancia) e outras ainda entre pares ou em pequenos grupos. Aprendizagem também de temas complexos, de “questões vivas” através de trabalhos de projeto e de debates entre pares. A aprendizagem da autonomia tornar-se-á uma prioridade e o recurso a diferentes métodos uma inevitabilidade desejável!

Penso também que será uma boa oportunidade para reapreciar os programas à luz do “Perfil do aluno à saída da escolaridade obrigatória” e refletir sobre os saberes e competências que são verdadeiramente necessários no mundo de hoje. Como referem, as artes aparecem aqui como essenciais

– até, num momento como este, num papel terapêutico! E as competências sociais de responsabilidade perante os outros como uma questão de sobrevivência!

Entre aqueles saberes e competências estarão também certamente a literacia digital que inclui naturalmente as competências de utilização das plataformas digitais, mas também a capacidade de procura de informação e de pensamento crítico para a avaliar ou a capacidade de produção e autoria com autonomia e sentido da responsabilidade.

Em entrevista recente a El País, Noam Chomsky disse: “Queremos uma sociedade em que tratamos as crianças como recipientes que enchemos a nosso bel prazer? Ou queremos um sistema educativo que fomente a criatividade, a participação, a cooperação e te anime a alcançar os teus objetivos e aproveitar as possibilidades que se abrem para concretizar os teus interesses?”. Quer comentar?

Sim, gosto dessa citação. Muitos de nós dizemos isso há muito tempo, mas o Chomsky tem outra autoridade, outro peso! De facto, cada vez faz menos sentido encher a cabeça das crianças de muita informação que podem ir buscar facilmente ao seu telemóvel. Mais vale trabalhar com elas para saberem como e onde ir buscar informação fidedigna, como confrontar diferentes pontos de vista, como formar a sua própria opinião e como fundamentá-la, criticá-la e aperfeiçoá-la... Gostava que na escola se aprendesse cada vez mais a pensar, a sentir e a agir – e de preferência que se ajudasse cada um a descobrir a sua paixão e a construir o seu caminho. ■

A minha telescola

• Ana Cristina Martins

| Professora do 1º CEB |



Há muitos anos, tantos que parece ter sido numa outra vida, fui colocada um posto de telescola muito peculiar. Corria o ano letivo de 1989/90 e eu estava no meu segundo de serviço. Às quartas-feiras, os professores, já então denominados “contratados”, deslocavam-se às Direções Escolares, na capital de Distrito onde residiam, para tomarem conhecimento da sua eventual colocação.

Numa dessas quartas-feiras calhou-me guia de marcha para uma substituição por doença num posto de telescola no concelho de Ourém. Confesso que fui tomada pela angústia; não tinha nenhuma ideia do trabalho na telescola e a experiência de apenas um ano de serviço aumentava a minha insegurança.

Ao apresentar-me na Delegação Escolar fiquei a saber que não era um posto de telescola convencional e o temor aumentou. Na verdade, iria lecionar numa instituição religiosa, com alunos internos, todos rapazes. A turma apenas tinha dois alunos externos que vinham de lugares próximos e só um deles era uma rapariga.

No primeiro dia de trabalho, o responsável pela instituição veio receber-me ao anexo que servia de sala de aula, diminuto, teto baixo, pouco iluminado e parco em mobília. Avisou-me somente que aqueles não eram alunos

“normais”, que todos eles tinham uma experiência de vida que eu jamais conheceria, que sabiam dela o que eu imaginava e o que nunca imaginaria...

Sem saber o que pensar ou responder, entrei na sala vergada pela mais pesada expectativa. Os alunos lá me esperavam, ansiosos. Eram rapazes, na sua maioria com idades muito acima da que se esperaria para o ciclo preparatório.

Um deles chegou de trator (atrasado com as tarefas agrícolas da instituição) meia hora após o início da aula.

Atrás da secretária que me cabia, havia um cacifo metálico cheio de cassetes de vídeo, um leitor de vídeo já pouco funcional e, por cima do cacifo, uma televisão em precário equilíbrio. Os primeiros dias foram de luta para aprender o funcionamento dos aparelhos que já mal respondiam aos comandos. Ajudou o facto de os miúdos lhes conhecerem bem as manhas...

Estabelecer laços de confiança e empatia não foi fácil. A elevada média de idades e a dinâmica do grupo, perante uma professora que chega de novo e é pouco mais velha de que alguns dos alunos, deu azo a algumas situações, ora caricatas, ora incorretas, do ponto de vista disciplinar. O teste à minha autoridade era permanente.

Um dia, entre a troca de cassetes de vídeo, de costas para a turma, fui surpreendida por um estrondo. Uma pilha de rádio, das enor-

mes, quadradas, que então eram comuns, tinha voado do meio da sala em direção à minha cabeça. Felizmente a pontaria falhou e a pilha apenas fez uma moessa no metal do cacifo.

Nesse dia não houve mais aula por cassete. Houve uma longa conversa, todos puderam falar das suas vidas e do que sentiam e esperavam das nossas aulas. Assumi o compromisso de não reportar o incidente, com a promessa de que em cada dia seria reservada uma hora para apenas conversarmos.

Percebi nesse dia que a relação pedagógica não se estabelece mediada por cassetes de vídeo e quão saturante e estéril é, para miúdos dentro de uma sala, passar dias a olhar para uma televisão.

Durante os meses seguintes as atividades lá seguiram sem maiores sobressaltos. Aprendi alguma coisa sobre a vida em internato, sobre agricultura, sobre exclusão, sobre quanto pode ser nefasta a falta de interação de género.

Desejo ter também ensinado algumas coisas e acredito que sim. No último dia em que estive com eles, fui presenteada com um pequeno embrulho, oferecido pelo Bruno, em nome de todos. Era uma navalha cheia de recursos, inclusive um corta-unhas...

- Para se defender quando a atacarem com pilhas, professora! Para ataques com pilhas nunca a usei, mas ainda a guardo com nostalgia, trinta anos passados. ■

CPTV... EBM... TELESCOLA...

Aventuras no Reino da Educação

• **Edite Pedrosa, Paulo Simões e João Santos**

Professores do 1º CEB

1978... saída de uma jovem professora do Curso do Magistério Primário, cheia de ideias, de vontades e de alguns saberes para trabalhar com alunos no primeiro ciclo... quando, por oportunidade de concurso, se redirecionam as agulhas e se vai parar ao 2.º ciclo como professora da Área de Ciências do Ciclo Preparatório TV. Nada pensado... nada preparado, tudo a descobrir e muito a aprender. Nesta data, o denominado Ciclo Preparatório TV – CPTV, tinha Postos de lecionação, com designações oficiais numéricas - o meu era o Posto n.º 1230 do CPTV - funcionavam nas escolas do primeiro ciclo (Leiria no meu caso), em regime de desdobramento, no período da tarde. Eram criadas turmas com os alunos que saíam do 4.º ano, sendo que no ano letivo seguinte, havendo alunos, se criava turma, a funcionar em paralelo com a que transitaria para o 6.º ano. A minha experiência foi sempre de trabalho com duas turmas, uma de 5.º ano e outra de 6.º, sendo o trabalho diário repartido entre ambas.

As disciplinas em oferta eram as existentes no currículo nacional, sendo ministradas por dois professores, um que lecionaria a denominada Área de Letras com as disciplinas de Língua Portuguesa, Língua Estrangeira – Francês, Estudos Sociais (5.º ano), História e Geografia de Portugal (6.º ano) e oferta de Educação



Religiosa; o outro professor ficaria com a Área de Ciências, que englobava Ciências da Natureza, Matemática, Educação Visual e Tecnológica, Educação Musical e Educação Física.

Em termos pedagógicos, a dinâmica tinha uma estrutura idêntica ao que aprendêramos na Escola do Magistério: motivação/introdução de conteúdos / exploração / auto e heteroavaliação. As diferenças essenciais estavam na forma e nos meios usados. As emissões diárias, no canal público, em horário determinado, faziam a motivação/introdução de conteúdos, num pequeno período, por disciplina, a que se seguia a exploração pelo professor, em turma, tendo por base os manuais produzidos na Editorial do Ministério da Educação e distribuídos aos alunos.

As Equipas Pedagógicas, sediadas em Vila Nova de Gaia, eram responsáveis pela produção de todos os materiais usados, fossem planos de organização curricular, emissões, manuais e fichas de avaliação ou, ainda, formação para docentes. Em relação à avaliação dos alunos, para além de autoavaliação, havia fichas de avaliação sumativa, emanadas das Equipas Pedagógicas res-

ponsáveis, sendo uniformes para todo o país e em relação às quais era obrigatório feedback de resultados após correção. Já nessa altura, estávamos num contexto que nos remetia para o domínio da aferição.

Estas Equipas, trabalhavam em articulação próxima com os Orientadores Pedagógicos que acumulavam a função de orientação e supervisão com a de avaliação do trabalho dos docentes, de forma sistemática e muito regular. Em cada aula observada, era redigido documento de registo da avaliação, onde constavam recomendações sobre os aspetos a melhorar, quando assim era entendido. Este documento era escrito no final da observação, na sequência de análise que sempre tinha lugar. Sendo “Inspetores”, desempenharam um papel importante na minha/nossa adaptação ao sistema e otimização de desempenho, dada a sua predominante vertente pedagógica. Estes documentos tinham um espaço reservado ao professor que podia rebater ou justificar qualquer facto referido.

Ainda como fruto da enorme articulação e supervisão em que todos os envolvidos no processo se encontravam, as Equipas Pe-

dagógicas desenvolveram ainda formação para os professores, visando o complemento de formação e a prática pedagógica para professores que não tinham formação inicial para lecionar no 2.º ciclo, mas em relação aos quais era evidente a preocupação de otimização do processo.

Em relação ao complemento formativo, havia um tempo semanal por Área Disciplinar, com visionamento de sessão sobre um conteúdo determinado e posterior elaboração de relatório individual que era enviado às Equipas. Era Formação Contínua em ação... Mas a formação tinha ainda uma vertente pedagógica e de proximidade, para além da exercida pelos Orientadores Pedagógicos. Anualmente, no período anterior ao início das aulas presenciais, as Equipas e Orientadores Pedagógicos visitavam as escolas, concentrando-nos num determinado “Posto da Telescola” onde, para além de sessões com os professores que planificavam, produziam e muitas vezes também eram os rostos das sessões emitidas pela TV, se preparavam e simulavam aulas presenciais, com alunos da localidade/escola onde estávamos. Após as aulas havia análise e debate, visando a melhoria do nosso desempenho. Ao nível pedagógico as Equipas promoviam ainda sessões formativas descentralizadas e, localmente, os Conselhos Escolares mensais, onde se congregavam os docentes de uma determinada região, eram espaços de articulação e entreajuda.

Ainda no domínio da formação, há que sublinhar o cuidado e exigência espelhados nos livros de apoio ao professor, feitos para cada uma das Áreas e que englobavam planificação (sempre cumprida na íntegra) e formação. Ali podíamos mergulhar em textos científicos e/ou pedagógicos com aprofundamento de conhecimento sobre conteúdos, a par de indicações metodológicas detalhadas, muito diversificadas e exemplificadas. E foram tempos de MUITA aprendizagem.

Mas, nem o sistema, nem os

meios cristalizaram no tempo, e houve mudanças significativas e relevantes ao longo dos 23 anos em que estive neste serviço. A denominação CPTV foi substituída por EBM – Ensino Básico Mediatizado, as aulas via TV mudaram de suporte e passaram a ser veiculadas através de cassetes VHS, o que introduziu uma mudança relevante no sistema, transferindo para os docentes autonomia e responsabilidade na sua utilização, mas sempre sujeita ao respeito dos planos periodais/anuais. Ao nível dos manuais também se evoluiu de uma fase inicial em que eram disponibilizados em folhas avulso, que se iam juntando à medida que eram entregues pelos docentes, variando entre A5 e A4, até à entrega de manuais anuais com conteúdos, exercícios e autoavaliação, agora em formato A4. Havia ainda a edição de Seletas Literárias na disciplina de LP. Estes manuais de trabalho, geralmente sem cor, podiam ter 70 páginas ou chegar às 300, consoante as disciplinas, possibilitando uma diversidade de conteúdos e abordagens. E o EBM abriu-se, promovendo torneios ao nível do Atletismo, ou Futebol, com provas regionais, organizadas por equipas de professores, locais e finais nacionais (Vila Nova de Gaia e Lamego), ou promovendo a Estafeta Nacional, comemorativa dos 25 anos da TELESCOLA/CPTV, em 1990/91. Se quisesse fazer uma avaliação dos meios usados ela seria completamente positiva pelo grau de qualidade / exigência existentes.

Falta, nesta pequena análise, uma referência aos contextos... A Telescola visava, entre outras metas, “manter na escola” aqueles que completavam o 4.º ano e, em meios rurais, sem acessibilidades e/ou posses, ingressariam no mundo do trabalho. O que encontrei então, em 1978, a 18km de Leiria? Muitos alunos (186 - cerca de 50 no CPTV), famílias com muitos filhos (3, ...15), alcoolismo, pediculose, baixa escolarização dos pais, alunos a ajudar em casa em tare-

fas domésticas e na agricultura... escolas degradadas e mal equipadas, com exceção dos instrumentos relativos às experiências necessárias para as Ciências da Natureza. Mas o QUERER E O SABER muito podem e, se a Biblioteca era rudimentar, passou a vir a carrinha da Biblioteca Itinerante da Gulbenkian, fizeram-se feiras do livro, exposições, teatros, jantares de Natal na escola, o reviver de tradições, desfiles de Carnaval, visitas de estudo... e o envolvimento de pais, professores e alunos fizeram A DIFERENÇA, onde as condições não abundavam.

A terminar, podemos afirmar que “a Telescola” cumpriu o seu papel, num tempo em que o “ensino direto” não era acessível a todos os alunos e, mesmo que o fosse, não havia recursos humanos suficientes (professores habilitados) para o ministrar, nem edifícios para tal. Sublinhar ainda, que este ensino de proximidade foi uma aposta conseguida, na efetivação da obrigatoriedade da escolaridade obrigatória até ao 6.º ano, para os alunos que se matriculassem na 1ª classe a partir do ano letivo 1964/65.

Milhares de alunos concluíram assim o 2.º ciclo, tendo muitos deles prosseguido a sua formação escolar, que doutro modo poderia ter terminado no final do quarto ano.■

**A Telescola visava,
entre outras metas,
“manter na escola”
aqueles que
completavam o
4.º ano e, em meios
rurais, sem
acessibilidades
e/ou posses,
ingressariam no
mundo do
trabalho**



Telescola revisitada

• **Carlos Caetano**

Professor do 1º CEB, Aposentado

- Boa tarde, é da delegação escolar de Pombal? Sou o professor Carlos Caetano e gostava de saber se já saíram as colocações dos professores.

- Boa tarde senhor professor. Muito prazer, fala o delegado escolar Alfredo. As colocações já saíram e o senhor professor foi colocado no posto nº 1123, Barbas Novas em Almagreira, Pombal e tem que entrar em funções no dia 1 de outubro deste ano.

- Barbas Novas? Pensei que tinha ficado mais perto de casa. Barbas Novas é atrás do sol-posto!

- Pois... Sim. Foi lá colocado e terá que passar por esta delegação para fazer a tomada de posse e receber a chave do edifício es-

colar na próxima semana. Tenho algumas informações a dar-lhe sobre a escola. Ora bem... A localidade não tem energia elétrica, e se o senhor professor vier de Leiria infelizmente também não há estrada em condições. Isto quer dizer que não pode ir de carro, percebe? Se não, tem de ir dar uma volta muito maior por Almagreira que são mais quinze quilómetros. Mas depois falamos. E outra coisa!... O senhor professor terá que montar de raiz o posto da telescola. É o primeiro ano de funcionamento.

Foi assim que tomei conhecimento do meu novo posto de trabalho na Telescola de Barbas Novas. No ano letivo anterior,

1976/1977, tinha sido colocado a lecionar a sexta classe. Novo ano nova experiência, desta vez no Ciclo Preparatório da Telescola, o equivalente ao segundo ciclo de hoje.

Na data combinada, inquieto, esperançoso, e algo preocupado, fiz a tomada de posse. A conselho do senhor delegado escolar fui analisar o estado do edifício, e o que me esperava. Na minha motorizada Casal de duas velocidades e já na estrada principal não atinava com o caminho vicinal que me levaria a Barbas Novas. Por instinto entrei pelo pinhal e segui em frente. Encontrei uma camponesa com uma carrada de mato puxada por uma junta de vacas e perguntei onde

ficava a localidade tão esperada:

- Ó meu bom senhor!... Barbas Novas fica mesmo ali do lado de lá do outeiro, depois do pinhal. Não me leve a mal, mas quem é o senhor?

- Olhe... sou o novo professor que vai dar aulas na Telescola.

- Ah!... Ainda bem! Sabíamos que mais tarde ou mais cedo abriria a Telescola. Graças a Deus que a minha São já não precisa de ir para Almagreira ou Lourical que é longe. Vou passar palavra. Mas o senhor professor tenha cuidado porque o caminho é mau, tem lama, não se passa bem e além disso tem valas de água para o arroz e arrozais.

Segui viagem contornando obstáculos e passados uns quilômetros encontrei o edifício de uma só sala. Abri a porta e intei-me do estado razoável do edifício, que embora sem eletricidade, tinha instalação elétrica completa. Dirigi-me aos anexos e casas de banho e era a guerra – tudo sujo, casas de banho deploráveis, portas abertas, cadeiras partidas e o recreio cheio de vegetação. Muito trabalho me esperava.

Contactei o senhor inspetor Perpétuo para saber como podia dar início à instalação do posto da Telescola:

- Senhor professor, o senhor tem que instalar um motor gerador de eletricidade, antena de receção e sintonizar o aparelho de televisão.

- Senhor inspetor, mas como faço isso? Não tenho carro, não há transporte público e não sei como proceder à instalação do material...

- Olhe, o senhor professor vai rececionar o material que lhe falei ou na delegação escolar de Pombal ou na Câmara Municipal de Pombal, ou por outra via. Será avisado. Depois terá que providenciar para a instalação e funcionamento do mesmo material.

- Pensei que alguém iria instalar isso. Câmara Municipal, ou

assim...

- Nada disso! O senhor terá que instalar o material pelos seus meios.

- E como levo o material?!

- A Telescola irá atribuir-lhe um fundo de maneiço para a instalação incluindo despesa para um táxi e electricista, se precisar. Claro que terá de ser tudo faturado em nome da Telescola. Já agora aproveito para lhe dizer que terá de organizar uma pequena contabilidade para organização e verificação das despesas efetuadas. Lamento, mas terá que pagar do seu bolso as despesas mais imediatas e mais tarde, talvez um mês, será resarcido das despesas que teve. Sobre o funcionamento das atividades letivas o senhor professor terá que dar Letras e Ciências pois a turma é pequena e do primeiro ano.

Não fiquei mais descansado. Tinha que montar toda a instalação para começo das aulas, que seria dali a uns dias, além de toda uma reorganização pessoal para lecionamento de um novo modelo de aulas. Passados uns dias recebo a informação que o material necessário para a instalação do posto da Telescola estava disponível. Fretei um táxi, fui recolher o motor gerador, a antena e a televisão e transportei tudo para a escola.

À falta de recursos pedi à minha cara-metade que me acompanhasse e ajudasse no que fosse possível. E assim foi. Seguindo as instruções dadas era fundamental acondicionar o motor gerador em local seguro, que foi a casa da lenha após uma metuculosa e profunda limpeza e montagem de uma fechadura nova. Instalar o motor levou a algumas dúvidas – para quê a gasolina e o petróleo? Ah!... O motor arrancava a gasolina e depois no fim de aquecer passava para petróleo. Enrolar cuidadosamente o cordel à volta da turbina e pô-lo a trabalhar com um puxão rápido e seco. Bem tentei... Li o livro de instruções, após alguns im-

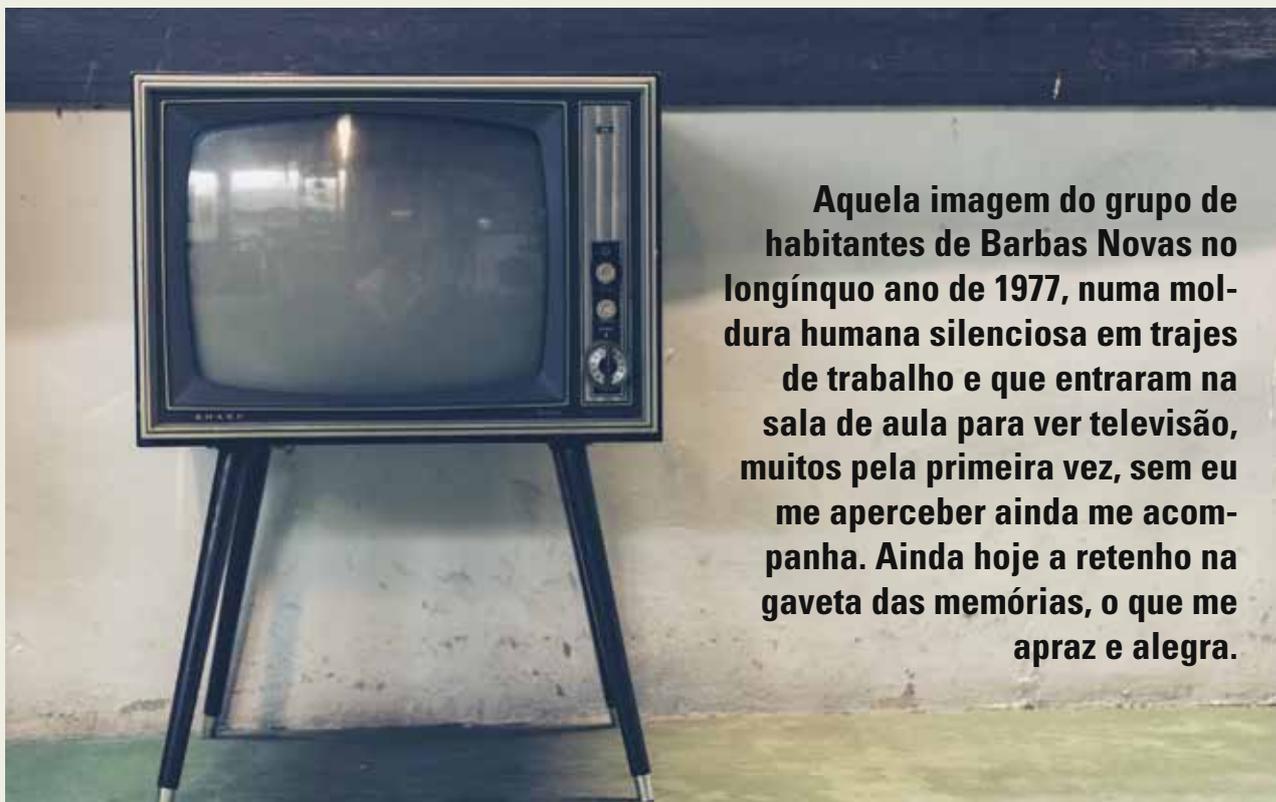
propérios e tentativas lá pegou o motor. Toca a correr para o contador da luz e ver se a instalação funcionava. Aleluia! Funcionou! Passo seguinte – montar a antena e sintonizar a televisão. Precisava de subir ao telhado e... não havia escada (claro!). Valeu-me a minha agilidade e uma árvore providencial junto ao beirado. Toca a levar o mastro galvanizado, a antena, cabos de aço para o prender, serra, cabos e outro material essencial, isto com a ajuda da minha companheira. Após laboriosa e demorada atividade onde se passou metade da tarde eis a antena pronta a funcionar! Faltava a televisão, agora. Onde a pôr? Diz a minha cara-metade:

- Tens um armário mesmo ali em frente junto à parede! É a única solução que vejo.

- Muito bem. Vou acima do telhado orientar a antena e tu ficas em frente à televisão a ver se aparece alguma imagem ou sinal.

Subi ao telhado e a instrução que eu tinha era virar a antena na direção do emissor de Lousã. Mas... para onde fica a Lousã? Rodava a antena e gritava para a

Na data combinada, inquieto, esperançoso, e algo preocupado, fiz a tomada de posse. A conselho do senhor delegado escolar fui analisar o estado do edifício, e o que me esperava. Na minha motorizada Casal de duas velocidades e já na estrada principal não atinava com o caminho vicinal que me levaria a Barbas Novas.



Aquela imagem do grupo de habitantes de Barbas Novas no longínquo ano de 1977, numa moldura humana silenciosa em trajes de trabalho e que entraram na sala de aula para ver televisão, muitos pela primeira vez, sem eu me aperceber ainda me acompanhar. Ainda hoje a retenho na gaveta das memórias, o que me apraz e alegra.

minha mulher:

*- Já aparece alguma coisa?
- Roda mais para a direita! Não. Para a esquerda. A outra esquerda!*

Ao fim de várias tentativas lá apareceu sinal, e uma imagem com “muita chuva”. Desci do telhado depois de fixar bem o mastro e antena, já a noite se aproximava. Dediquei-me a fazer a sintonia fina da imagem da RTP. Subi a uma cadeira de costas para a porta enquanto a minha mulher se entretinha a programar as atividades letivas, pois também é professora. Ler novamente o livro de instruções, rodar os botões ora para a direita, ora para a esquerda. Desligar e ligar o televisor. Afinal a imagem levou-me algum tempo a afinar pois a receção não era a ideal. Mas via-se televisão! Estava eu entretido nestes afazeres completamente absorto, quando ouvi a buzina do taxista que tinha chegado para me levar. Mesmo a tempo, pensei. Desci da cadeira e rodei em direção à porta. Não concluí o gesto, fiquei suspenso. Sem eu me aperceber tinham entrado na sala de aula uma dúzia de camponeses. Traziam

vestido os fatos de trabalho e as mãos descansavam nos cabos de algumas enxadas de pontas e rasas que tinham apoiado no chão. As bocas estavam semiabertas de admiração e surpresa. Os olhos bem abertos a olhar intensamente para a televisão. Não se ouvia uma mosca. Estavam completamente hipnotizados a viver a transmissão televisiva. Exclamo:

- Boa noite, meus amigos. Peço desculpa, mas tenho que me ir embora. Tenho o táxi ali fora à espera.

Ninguém me respondeu. Reforcei:

- Boa noite! Tenho que desligar a televisão!

- Ó senhor professor... só mais um bocadinho. Não nos cansamos de ver.

Aquiesci. Afinal de contas aquelas pessoas não tinham luz... televisão, que era isso?... Por vezes um rádio a pilhas para ouvir as notícias e os folhetins radiofónicos. O problema é que tinha que me ir embora.

- Ó senhor professor, só mais um

bocadinho!

Estavam em silêncio, a beber as palavras e a devorar as imagens, penso que do telejornal ou de uma telenovela, talvez Gabriela, Cravo e Canela. Como desligar a televisão?

Afinal o destino fez acabar o petróleo no gerador e ficamos sem energia elétrica e ... sem emissão. Para mim foi um alívio, já que queria regressar a casa. Para eles foi uma desilusão.

- Senhor professor, amanhã podemos vir cá ver a televisão?

Expliquei que a televisão só iria funcionar para lecionar as aulas da Telescola, todos os dias da semana das 13:30 às 18:30 e que não podia de maneira nenhuma facilitar e ficar mais tempo.

Aquela imagem do grupo de habitantes de Barbas Novas no longínquo ano de 1977, numa moldura humana silenciosa em trajes de trabalho e que entraram na sala de aula para ver televisão, muitos pela primeira vez, sem eu me aperceber ainda me acompanhar. Ainda hoje a retenho na gaveta das memórias, o que me apraz e alegra. ■

Na Primeira Pessoa

• **António Quitério**

Dirigente Sindical

A minha primeira memória é a da D. Maria Amália, a professora primária, convidada (concurso?) para ser também monitora da telescola. O edifício era de uma cooperativa e havia sido cedido para o efeito. Estávamos nos finais de 60, quando a escolaridade obrigatória, que havia passado para 6 anos, se concretizava com a denominação de Ciclo Preparatório.

E se, para os cidadãos, aos 6 anos de frequência obrigatória não acrescia nova logística, para os jovens das vilas e das aldeias, para quem a escola continuava a ser um intervalo entre tarefas, reduzido ao aprender a ler, escrever e contar, 3 anos obrigatórios, dos 4 possíveis, “gentilmente” definidos pelo Estado Novo, em 1926, os recursos inexistentes obrigaram a medidas de exceção.

A aldeia onde vivia apostara no desenvolvimento comunitário e empenhara-se. Sem agricultura, atravessada pela estrada nacional, dedicou-se ao comércio e à indústria, apostando nos artífices e nas fabriquetas familiares, para se envolver no Desenvolvimento Comunitário, uma proposta da Organização das Nações Unidas.

Os tempos foram de mudança e objeto de programa de TV, Sousa Veloso gravava a preto e branco em cenário de trabalho e fatos de domingo. Outras geografias!

A minha aldeia era um misto de população autóctone e a tempos emigrada, muito empreendedora. Os mais velhos, se escolarizados, tinham vivido a reclusão monacal, longe das famílias, e regressado com o 7º ano dos liceus, ou não. Esses quase doutores eram ouvidos na sua dupla sapiência, de instruídos e de perto de religiosos, e lideraram caminhos de futuro.

A telescola, nascida da necessi-

dade de resposta às reformas da educação, enraizou-se nesta ambiência, conviveu com os outros agentes - promotores da discussão comunitária, vindos para ensinar a população a gerir e a rendibilizar os seus próprios recursos - e concretizou-se com a boa vontade dos locais, que cederam o espaço e o edifício melhor alocado e com mais condições. Foram anos de enorme participação e de grandioso trabalho colaborativo.

O grupo de alunos TV do biénio 69/70/71, a que pertenci, viveu com envolvimento estas convulsões sociais e culturais e alguns participaram mesmo na alfabetização dos mais velhos, a quem ensinavam, sobretudo, a escrever o nome.

A memória que partilho é a do adulto de agora, que ensaia ver-se jovem. Uma memória esbatida, com as notas críticas a que esta reflexão-retorno me obriga. De mais objetivo só mesmo a rotina: as aulas a seguir ao almoço, no período da sesta. Um hábito da “velha” escola primária. Um descanso sentado, de cabeça sobre a mesa, que o novo horário não permitia. O écran permanecia ligado por 20 minutos - uma transmissão que sabíamos vinha do Monte da Virgem, que ficava por ali, mesmo por detrás do que víamos -, nós (talvez) estávamos atentos, a D. Maria Amália, à secretária, estava atenta também. Sentávamo-nos em filas, comportados, rapazes de um lado e raparigas do outro, mas em lados opostos da sala. Depois, a D. Maria Amália levantava-se, complementava o que fora dito, esclarecia dúvidas e esperávamos em conjunto a disciplina seguinte, e o intervalo de brincadeiras de rua. Os testes vinham no envelope que a D. Maria Amália abria à hora marcada. Penso que todos os alunos do Ciclo Preparatório TV cumpriam a avaliação em simultâneo.

Para o miúdo que era foi um tempo de continuidade. A minha referência continuava a ser a minha Professora. Questiono-me se só hoje penso assim..., mas é a dela que eu me recordo.

Esta inicial mediatização do ensino surgiu como recurso, sem avaliação de eficácia, qualidade ensinante, ou pedagogia de sucesso, mas foi o momento zero de uma escolaridade mais global. Vários anos mais tarde a Universidade Aberta apostou também nas aulas mediatizadas e nos suportes VHS. À época também como recurso de estágio para os muitos professores sem estágio e anos de prática letiva, a ensinar nos ensinamentos básico e secundário. O seu Reitor, Professor Rocha Trindade, defendeu *sine dubio* a expressão “a distância”. E agora cá estamos, mais uma vez, com a telescola (ou o que dela hoje se recria) como recurso e a mesma questão terminológica.

A telescola foi a **oportunidade** para todos aqueles que, como eu, viveram a infância em vilas e aldeias, ou em zonas suburbanas, com escolas lotadas. As crianças não estavam isoladas à frente do écran (como alguns insistiram em afirmar), privadas do outro, as crianças tiveram a oportunidade de aprender mais e de viver a escola por mais tempo. A avaliação é necessariamente muito positiva. O sistema manteve-se por anos bem como a metodologia - a mesma ou atualizada. O conceito foi aplicado a outros públicos, outras faixas de idade, outras autonomias, resistiu. Mas, sublinho, a minha memória mais efetiva é a D. Maria Amália, a professora. Sem a sua tutoria e o meu reconhecimento da sua pessoa, como minha professora, como a minha referência no universo escola, o jovem de 10 anos que eu era não tinha autonomia ou método para ser aprendiz. ■



A minha passagem, enquanto aluna, pela telescola há 53 anos...

• **Felizarda Barradas**

Dirigente Sindical

Foi-me proposto que relembra-se a minha experiência como aluna da telescola (ano 1968/69) e não senti muito entusiasmo com esse desafio uma vez

que não tenho boas recordações desse tempo, em oposição às lembranças que tenho do ano seguinte (1969/70) quando passei a frequentar o ensino preparatório presencial na primeira escola pública, deste nível de ensino, que foi aberta na vila.

O projeto da telescola surgiu para colmatar a falta de profissionais e de espaços que a expansão da escolaridade obrigatória até aos 6 anos exigia. A foto mostra um grupo de alunos da minha aldeia quando foram fazer o exame da 4ª Classe no

ano 1966/67, junto da professora e das respetivas mães. Deste grupo só um aluno (meu irmão) prosseguiu estudos apesar da referida expansão da escolaridade obrigatória.

Frequentei o ensino primário na aldeia que fica a cerca de 10km da vila, naquele tempo o transporte era muito reduzido e por isso a minha família (5 membros) foi morar para a vila (arredores) porque os meus pais queriam que os filhos prosseguissem os estudos. O meu pai que era pedreiro e a minha mãe trabalhadora rural e mais tarde costureira e doméstica consideravam que a escola era a única possibilidade de podermos vir a ter um futuro diferente do deles. Por isso lá fomos morar para a vila numa casa sem grandes condições, mas que facilitava o propósito, continuar os estudos. Na vila havia um colégio que cobrava propinas mensais elevadas, para aquilo que era o rendimento da minha família, e a alternativa foi a frequência da 5ª classe que era gratuita e funcionava na escola primária da vila. Então por que razão fui eu “parar” à telescola nesse mesmo ano (frequentava de manhã a 5ª classe e de tarde a telescola)? A professora da 5ª classe que era monitora da telescola (particular), junto com o marido, convenceu o meu pai que mais horas de ensino não fariam mal nenhum. Nestas horas a mais também se incluem a frequência de uma espécie de explicações, após o horário da telescola. Apesar destes dois “serviços” serem pagos, eram mais acessíveis do que a frequência do colégio. Em conclusão, o meu horário escolar nesse ano iniciava-se às nove da manhã e terminava por volta das 20h.

No ano em que frequentei a telescola (a primeira vez que assisti a uma emissão televisiva) a turma era mista, tinha cerca de 20 alunos com 2 professores monitores, em que um acompanhava as “Letras” e outro as “Ciências”. As lições, de 20 minutos, eram posteriormente exploradas com a ajuda destes monitores, durante um outro tempo de 25 a 30 minutos. Este modelo era mais propício para umas disciplinas do que para outras (daí, por exemplo, ter sido abandonada a lecionação de educação física, talvez porque a obrigatoriedade de pertencer à Mocidade Portuguesa, segundo os ideólogos do Estado Novo, colmataria esta ausência).

O plano de estudos era constituído pelas disciplinas do Ciclo Preparatório do ensino técnico profissional, acrescido do Francês. Hoje só me lembro do professor dessa disciplina (que era oriundo de França), e ficou na minha memória a frase com que nos interpelava “Repetez, s’il vous plaît!”

Não tenho memória da existência, nesta altura, de manuais escolares e sim de folhas soltas que íamos arquivando em dossiers.

A minha memória das emissões televisivas é menos cinzenta (apesar de serem a preto e branco) do que o trabalho que se seguia com os professores monitores.

Felizmente no ano 1969/70 foi criada uma escola pública do Ciclo Preparatório do Ensino Secundário, na vila, e apesar ter voltado a frequentar o 1º ano desse ciclo foi, para mim, a abertura de outros horizontes, dado que me mostrou que a escola poderia ser um local muito mais agradável do que a

experiência que eu tinha vivido. Naquele ano e nos seguintes tive o privilégio de ter encontrado professores extraordinários que influenciaram de forma muito positiva, para sempre, a minha vida. Muito provavelmente sem esta boa experiência, de arco-íris, não teria seguido esta profissão. Ficou claro, para mim, que qualquer que seja o modelo são os professores que fazem a diferença!

“Ainda bem que existe outro dia. Outros sonhos. Outros risos. Outras pessoas. Outras coisas...”
“ (Clarice Lispector) ■

As lições, de 20 minutos, eram posteriormente exploradas com a ajuda destes monitores, durante um outro tempo de 25 a 30 minutos. Este modelo era mais propício para umas disciplinas do que para outras (daí, por exemplo, ter sido abandonada a lecionação de educação física, talvez porque a obrigatoriedade de pertencer à Mocidade Portuguesa, segundo os ideólogos do Estado Novo, colmataria esta ausência)

Telescola – quatro décadas na Educação



• **Rui P. Domingues**

Professor do 1.º CEBI

A Telescola, que ao longo da sua existência teve vários nomes (CUT – Curso Unificado da Telescola 1965 - 1968; CPTV – Ciclo Preparatório TV 1968 - 1990, EBM – Ensino Básico Mediatisado 1991-2004), foi um modelo de ensino que, durante quatro décadas, permitiu que milhares de alunos, sobretudo das zonas rurais e das zonas suburbanas, tivessem acesso à educação que lhes era devida e pudessem concluir a escolaridade obrigatória. De facto, o alargamento da escolaridade obrigatória para seis anos (Decreto-Lei n.º 45810 de 9 de julho de 1964), conjugado com a deficiente rede de transportes que impedia o acesso de um número elevado de alunos das zonas rurais às vilas e cidades, onde se encontravam as escolas preparatórias, aliado à sobrelotação destas escolas, concorreu para que se utilizasse um modelo de ensino que pudesse ultrapassar estas dificuldades e chegar a um

maior número de alunos. Assim, a partir desta data surgiram por todo o país, por iniciativa das autarquias, dos párocos, de professores,... pedidos de instalação dos Postos de Telescola que funcionavam maioritariamente nas salas de aula das escolas primárias, havendo relatos de utilização de outros espaços. Quando necessário, instalavam-se nos recintos escolares pavilhões pré-fabricados para colmatar as necessidades de espaço. Cada uma das salas da Telescola era dotada do equipamento necessário ao seu funcionamento: televisão, antena, gerador elétrico (quando não havia electricidade na aldeia) e materiais pedagógicos. A Telescola iniciou as emissões regulares, em direto, a partir dos estúdios da RTP do Porto, em 1965, que, todos os dias, no período da tarde, emitiam para todo o país as aulas do 1.º e 2.º anos do Ciclo Preparatório TV, o que veio a acontecer até ao ano letivo 1987/88. A partir do ano seguinte, a RTP

deixou de emitir as aulas da Telescola e estas passaram a ser visionadas nas escolas com recurso a videocassetes, o que aconteceu até ao ano letivo de 1995/96. A partir do ano letivo de 1996/97 as aulas passam a ser leccionadas “em direto” utilizando-se como recursos videogramas temáticos para cada unidade didática. A Telescola tinha um modelo de organização que pressupunha duas componentes diferentes mas indissociáveis, a técnica e a pedagógica, que, em equipa, concebiam e realizavam as aulas da Telescola. É unânime a ideia de que as aulas eram pedagogicamente bem estruturadas e os professores excelentes comunicadores, o que contribuía para que a mensagem chegasse efectivamente e de forma eficaz aos seus destinatários. Estas equipas pedagógicas eram também responsáveis pela elaboração de materiais pedagógicos: os Boletins de Orientação (um de “Letras” outro de “Ciências”) entregues antes do início do ano aos professores monitores com a planificação de cada uma das au-

las para cada uma das disciplinas (objetivos, sugestões pedagógico-didáticas e materiais a utilizar) e com documentação científica para uso do professor; as Folhas de Trabalho /Manual do aluno com exercícios de aplicação de conhecimentos; a elaboração das Provas de Avaliação (duas por período/disciplina) e respetivos critérios de classificação.

As equipas pedagógicas eram ainda responsáveis pela formação regular dos professores (presencial ou à distância) que se realizava no início de setembro ou nos períodos de interrupção lectiva.

Neste modelo de ensino a função docente era repartida pelo professor da equipa pedagógica, a quem competia leccionar os conteúdos via televisão, e pelo professor-monitor, a quem competia a exploração, a consolidação de conhecimentos, o esclarecimento de dúvidas, o acompanhamento dos alunos na realização das tarefas propostas,... Para além das tarefas pedagógicas era também incumbência do professor-monitor a realização de tarefas administrativas (preenchimento de documentos relativos a matrículas, documentos de avaliação, gestão do fundo de maneo, etc., os quais eram enviados para os serviços da Telescola).

A supervisão das actividades pedagógicas e administrativas em cada posto da Telescola era da responsabilidade dos Professores-Assistentes, mais tarde designados Orientadores Pedagógicos, a quem competia, entre outras funções, verificar as condições de abertura e garantir o funcionamento dos Postos de Telescola, assegurando a existência de equipamentos (televisão e vídeo) e materiais pedagógicos (boletins de orientação, folhas de trabalho, manuais dos alunos); orientação pedagógica e administrativa; implementação de diretrizes, ... Porém, o papel mais relevante dos Orientadores Pedagógicos incidia sobre o acompanhamento regular das actividades letivas (uma ou duas visitas/mês): assistia às aulas, inteirava-se das principais dificuldades dos alunos, garantia

o cumprimento das orientações pedagógicas e elaborava relatório circunstanciado que remetia aos serviços centrais.

Organização/ funcionamento do Posto da Telescola

Por norma, cada posto da Telescola tinha duas turmas (uma de 1.º e outra de 2.º ano) e dois professores monitores: um leccionava as disciplinas de “Letras” (Português, Francês, História de Portugal /Estudos Sociais e Educação Moral e Religiosa) e outro as disciplinas de “Ciências” (Matemática, Ciências da Natureza, Educação Visual, Trabalhos Manuais, Educação Física e Educação Musical). As aulas decorriam no período da tarde (entre as 13:15 e as 18:15, com um intervalo de 20 minutos entre as 15:35 e 15:55 horas), podendo acontecer de manhã (entre 8:15 e as 13:15 horas), quando as aulas passaram a ser gravadas e reproduzidas em videocassetes. A distribuição das aulas fazia-se da seguinte forma e a título de exemplo: num dia, antes do intervalo, o professor de “Letras” estava com os alunos do 1.º ano e o professor de “Ciências” estava com os alunos do 2.º ano. Após o intervalo o professor de “Letras” estava com os alunos do 2.º ano e o professor de “Ciências” estava com os alunos do 1.º ano. Cada aula pressupunha um tempo de preparação (5 minutos) em que o professor-monitor preparava os materiais a utilizar nessa aula e fazia o ponto da situação relativamente à aula anterior. Seguiu-se a emissão (20 minutos) em que os alunos assistiam à aula, na televisão, ministrada pelo professor da disciplina, enquanto o professor-monitor “controlava” os alunos, garantia que estes estavam atentos e observava as suas reacções perante a exposição de modo a aperceber-se de eventuais dificuldades de compreensão de determinado assunto. A este tempo seguia-se a exploração (30 minutos) onde o papel do professor-monitor era

determinante. Explicava de novo conteúdos que não tinham sido apreendidos pelos alunos, esclarecia dúvidas e acompanhava a resolução das tarefas inerentes à aula e programadas para aquele período de tempo.

Periodicamente (duas vezes por período) os alunos (todos os alunos do país) realizavam fichas de avaliação as quais eram recebidas, via CTT, em envelopes fechados e abertas apenas no momento da sua realização (previamente marcado no início do ano no Boletim de Orientação). Após a correcção das mesmas, as grelhas com os resultados eram enviadas para os serviços centrais e posteriormente analisadas pelas equipas pedagógicas.

A Telescola foi, no seu tempo, um modelo de ensino inovador quer no modelo de funcionamento quer na utilização de meios audiovisuais no ensino. No início da década de 80 a Telescola tinha perto de 60 000 alunos, mais de 3 000 Postos e resistiu durante quarenta anos, tendo concorrido para esta longevidade: a localização dos Postos de Telescola nas zonas rurais (maior proximidade da escola à residência dos alunos), utilização das escolas primárias (sem custo de construção), descongestionamento de escolas sobrelotadas (estes alunos não “cabiam” todos no ciclo preparatório), elevada taxa de aproveitamento quando comparada com os alunos do ciclo preparatório, elevada taxa de aproveitamento dos alunos oriundos da Telescola quando prosseguiram estudos e custo por aluno inferior ao custo no ciclo preparatório.■

O autor escreve segundo o antigo acordo ortográfico

A Telescola foi, no seu tempo, um modelo de ensino inovador quer no modelo de funcionamento quer na utilização de meios audiovisuais no ensino.

Ensino à distância: como estão a reagir pais e estudantes

• **António Avelãs**

Dirigente do SPGL

O Observatório das Políticas de Observação e Formação, que resulta de um protocolo entre o Centro de Estudos Interdisciplinares em Educação e Desenvolvimento e o Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, tem vindo a desenvolver inquéritos de modo a avaliar como pais e alunos dos diversos níveis de ensino estão a enfrentar a nova situação criada pelo encerramento das escolas e o recurso ao ensino à distância. A partir dos resultados desses inquéritos, balizados entre 28 de março e 15 de abril (quando este texto é escrito), tentei resumir algumas das suas conclusões e, aqui e ali, tecer algumas considerações, provavelmente discutíveis. Mas é para isso mesmo que elas servem.

As conclusões do inquérito estão em forma de escrita normal; as opiniões estão em itálico.

Duas notas: várias passagens remetem, no texto original, para quadros e gráficos que aqui não são reproduzidos. Mantive, contudo, essa indicação para que eventuais interessados os possam consultar.

Os limites impostos à extensão deste texto levaram-me a não tratar as respostas dos estudantes do ensino superior (resultados apresentados em 15 de abril).

Os interessados em aprofundar o que aqui apresento podem fazê-lo “calmamente” no [site do Observatório](#).



Ensino presencial ou à distância

- 42,3% (dos alunos) não tem saído de casa, a não ser para jardim/quintal ou parque de estacionamento da casa.

- 64,7% dos alunos já manifestaram expressamente aos pais o desejo de regressar à escola logo que possível.

Estes dados são significativos. Por um lado, há um grande respeito pelo pedido “fique em casa”. Dados deste mesmo inquérito sustentam que a esmagadora maioria dos pais e encarregados de educação concordaram



com o encerramento das escolas. E certamente que os filhos também. Mas estes anseiam por regressar à escola. É que ir à escola não é só aprender (a maioria pode aprender pela telescola). A escola é também convívio, socialização, namoro, conflito, debate, enfim, vida (Um parêntesis: os da minha geração [os que têm 70...] nunca tiveram esta visão positiva da escola, também ela fruto do 25 de abril!).

- Uma semana depois (8 de abril) 3/4 dos alunos confessa que prefere estudar na escola como o fazia antes das escolas terem encerrado e só 1/4 prefere a situação de ter aulas em casa (Tabela 14). Passada uma semana parece acentuar-se a ideia da semana anterior. Viva a escola presencial. Mas, num sentido de forte resiliência, o inquérito mostra também que 70% dos alunos diz ser capaz de aguentar muito tempo nesta situação de telescola forçada.

Presencial ou não: as razões variam com o ano de escolaridade

- Regista-se uma tendência que diferencia os alunos do 2º e do 3º ciclos dos alunos do secundário. O primeiro grupo regista valores de preferência por ter aulas na escola na ordem dos 3/4, enquanto o segundo grupo se situa na ordem dos 2/3 (Tabela 15). Ou seja, parece haver aqui dois modos diferenciados de viver a escola que, genericamente, tem a ver com o papel da escola nas dinâmicas de convivialidade.

- Os alunos encontram mais e mais diversas razões para preferir aulas na escola (Tabela 17 e ilustração 2) a aulas em casa (Tabela 16 e Ilustração 1).

- As razões mais escolhidas para se preferir as aulas em casa em relação às aulas na escola são a maior “facilidade de aprendiza-

gem”; evitar a indisciplina da escola/sala de aula, a “facilidade de gestão do tempo/ritmo de trabalho”; ter-se um “espaço de trabalho mais confortável”.

- As razões escolhidas pelos alunos para justificarem a preferência pelas aulas na escola em relação às aulas em casa são a “saudades dos amigos/colegas”; a maior “facilidade de aprendizagem”; e a “saudades dos professores.

Conclusão que corresponde à intuição geral. Os mais novos são os que mais gostam e precisam da escola “vivida”. Sobretudo, noto eu, (o que significa que pode não ser assim) os cachopos do 1º ciclo e do pré-escolar.

Apatia ou não?

- A percentagem de pais que regista um comportamento mais apático por parte dos filhos é o dobro entre os pais que têm um

único filho no sistema de ensino, por oposição aos pais que têm mais que um filho no sistema de ensino (ou seja, quem tem só um filho no sistema de ensino sente os filhos mais apáticos).

Parece um incentivo ao aumento da natalidade e a fuga ao filho único... Os irmãos não servem só para brigar e ter ciúmes...

Os pais e a aprendizagem dos filhos

- 41% dos pais declara que a realização de tarefas escolares do(a) seu/sua educando(a) se alterou desde que as escolas encerraram obrigando-os a que se envolvessem substancialmente mais na educação dos filhos. Cerca de 1/3 disse ter mantido o nível de envolvimento que tinha antes de as escolas encerrarem.

Se fosse mais ou menos universal, isto seria uma consequência positiva desta telescopia forçada. A questão é que, temo, isto aconteça apenas nas famílias económica e/ou culturalmente mais ricas. E deste modo acentua dramaticamente as desigualdades sociais. Até por isso, o regresso ao "presencial" se impõe...

Aprendizagens de um novo tipo

- Metade dos respondentes considera que, em geral, a alteração de hábitos a que todos fomos obrigados para reagir à pandemia está a permitir aos alunos fazer uma aprendizagem de vida que complementa a escolaridade (Tabela 19).

Isto sim, é mesmo positivo! As aprendizagens na escola são fundamentais, mas há toda uma vida/aprendizagens fora da escola que também são importantes e que, pelos vistos, esta alteração forçada consegue desenvolver.

- Impressiona a diversidade de plataformas/instrumentos que estão a ser usados por uma geração de nativos digitais sendo frequente que uma mesma turma use várias. (Tabela 18) Deixamos aqui



as indicações mais recorrentes que os alunos nos transmitiram: i) “mandam, mas não adianta, pois não tenho computador”; “preferia que mandassem tudo só por uma plataforma”; “os professores mandaram inscrever-nos nessas plataformas e aceder à turma por eles criada, entanto ainda não fizeram nada nessas plataformas”; “os meus professores estão a dar preferência ao Gmail (o mail institucional), que tem o Google Classroom e o Google Drive associados.

Esta constatação é fruto inevitável da emergência da resposta; não houve tempo para a preparar. Fica o alerta para o futuro.

Papel dos pais

- 3/4 dos alunos foram ajudados durante o período em que tiveram aulas em casa, 62,2% foram ajudados a português e 70,4% foram ajudados a matemática (Tabela 20 e Gráfico 3).

Enfim, por mais que se combata, a distinção de Nuno Crato entre disciplinas de 1ª e de 2ª veio para ficar.

- Quando se olha para a ajuda específica, destacando a ajuda às disciplinas de português e de matemática, a mãe continua a ser quem mais ajuda, mas a mãe ajuda muito menos, que aquilo que ajuda no geral, na disciplina de matemática. Para esta disciplina, a ajuda do explicador (18,8%) é a

terceira mais frequente, a seguir à mãe (49%) e ao pai (33,9%).

Também aqui não há novidade: durante muitos anos, as raparigas (agora mães e avós) iam para Letras e os rapazes (agora pais e avós) para Ciências. Isto mudou bastante, felizmente. O recurso a explicadores, para quem para tal tem dinheiro, mantém-se.... É pena.

- Os 25% que não conseguem realizar os trabalhos de casa declaram, sobretudo, “falta de tempo” (42,1%); “dificuldade em perceber o que é pedido pelos professores” (33,7%); e “ausência de apoio/ajuda suficiente” (24,2%) (Tabela 23).

Os prejudicados do costume, seja na telescopia ou na escola presencial.

Um olhar específico sobre o secundário

- Na análise do dia 12 de abril o Observatório separou a resposta dos alunos do secundário.

Curiosamente, alguns dos dados coligidos parecem contradizer dados das semanas anteriores.

- Os estudantes do ensino secundário que responderam ao inquérito do OP.Edu são maioritariamente (93,3%) de uma escola pública [Tabela 1) e repartem-se, sensivelmente de forma igual, entre os 3 anos do ensino secundário: 37,6% frequentam o 10º ano de escolaridade, 30,5% o

11º ano, e 31,9% o 11º ano (Tabela 3).

- Limitando a amostra aos estudantes do secundário que vão fazer exames nacionais, e que à data das respostas a este questionário ainda não conheciam as decisões governamentais, cerca de 21% deles sentiam-se ansiosos e outros tantos isolados (Tabela 6).

- Entre apatia, ansiedade, isolamento e agitação 58,1% dos estudantes do secundário reportam alterações de comportamento devido ao confinamento. Essa percentagem é bem menor que aquela que se verifica, para situação igual entre estudantes do ensino superior (76,4%).

- Pelo menos uma boa parte da ansiedade sentida pelos estudantes do ensino superior relacionar-se-á com um súbito desejo de regressar à escola. A seguir aos estudantes do ensino superior, os alunos do ensino secundário são os que mais querem voltar rapidamente à escola (Tabela 7 e Gráfico 1).

- Quanto mais se avança no nível de ensino, maior é o desejo de se poder regressar à escola tão rapidamente quanto possível (Gráfico 1).

Parece contradizer os dados da semana anterior, em que eram os mais novos os mais ansiosos pela abertura das escolas. Certamente terá a ver com o medo dos exames.

- Retendo apenas os estudantes do secundário que vão fazer exames nacionais (os do 11º ano e os do 12º ano), 22% reportaram que até 8 de abril a sua escola não tinha desenvolvido atividades de



ensino não presencial (Tabela 8).

- Cerca de um terço daqueles que vão fazer exames nacionais do secundário não estão satisfeitos com a solução adotada pela sua escola para o ensino não presencial (Tabela 9). E uma proporção quase igual entende que tem de ser encontrada outra solução para o que resta do ano letivo.

- Oscila entre muita (53,1%) e alguma (34,9%) preocupação, os estudantes do ensino secundário que vão fazer exames nacionais (Tabela 11).

- Mais de 3/4 dos alunos considera ter boas ou ótimas condições em casa para desenvolver ensino não presencial (Tabela 12).

Ou seja: boa parte dos que não têm essas boas ou ótimas condições já se quedaram pelo 9º ano.

- A quase totalidade dos alunos que vão fazer exames nacionais do secundário não só concorda com o encerramento das escolas,

como, mais de metade concorda que o mesmo foi feito em tempo oportuno (Tabela 14).

- A 8 de abril, 1/3 dos alunos do 11º ano e do 12º ano acreditava que não voltariam à escola este ano letivo e 45,7% acreditavam que mesmo que os alunos voltassem à escola não haveria tempo/condições para lecionar e avaliar (Tabela 15).

- Quase 3/4 dos alunos do secundário que vão fazer exames nacionais acredita que a crise pandémica potencia oportunidades de aprendizagem extraescola, ainda que 1/3 deles considere que o faz de forma limitada (Tabela 16).

- Ainda que muitos não tenham opinião, quase metade considera que os dirigentes das instituições de ensino têm estado à altura da gestão que a crise pandémica exige (Tabela 17). ■





O capitalismo digital e o triunfo das consciências ingénuas

Joaquim Jorge Veigunha

Projetava inicialmente escrever exclusivamente sobre os ‘coranabounds’, a emissão de títulos de dívida partilhados por todos os países numa União Europeia pandémica sem um verdadeiro orçamento e que, apesar de ter dezanove países que adotaram uma moeda comum, não passa dum grande

mercado, sem dimensão social e politicamente nula, apesar de se autointitular, ironia das ironias, como uma ‘União Política’, um oximoro de mau gosto que dá guarida a regimes autocráticos como o de Viktor Orban e, provavelmente, a outros que se irão formar no período ‘pós-crise’. Muito pouco há a dizer sobre as medidas de pretensa luta contra a recessão brutal em curso e que

tenderá a agravar-se cada vez mais: para além de se centrarem apenas em créditos que mesmo sendo concedidos a juros baixos irão agravar o já elevado endividamento público de países como Portugal e a Itália e aumentar o da Espanha, que é mais baixo, em percentagem do PIB. Destas medidas destaca-se a linha de crédito condicionada do Mecanismo Europeu de Estabilidade (MEE),



equivalente a um montante de 2% do PIB dos países a que se destina e que incidirá apenas no combate à pandemia, restringindo-se ao horizonte da saúde. As outras medidas creditícias limitam-se a reduzir prejuízos do lado da oferta, sem se preocuparem sequer em dinamizar a procura.

O sobretrabalho como destino

Este desastre anunciado que reforça o nacionalismo calvinista dos países europeus predestinados para dominarem os outros e conduzi-los à ruína pela ‘má sua conduta’ é, porém, apenas a parte visível do iceberg. Por isso não vale a pena perder mais tempo com este assunto. A parte submersa do iceberg, ou seja, a essência da questão social no atual mundo pandémico de que a União Europeia faz parte, e que já se começa a manifestar sem pudor de espécie alguma, é muito mais importante: o triunfo do estágio supremo do capitalismo, o capitalismo numérico ou digital, baseado no aumento brutal do sobretrabalho dos ‘nativos’ das novas tecnologias de controlo e domínio à distância. Poderá parecer, no mínimo, bizarro que se fale em sobretrabalho quando o desemprego aumenta cada dia que passa. No entanto, mesmo tendo em conta os condicionamentos atuais, é preciso ter em vista o fundo da questão, o médio e o longo prazo, a saber: o sobretrabalho dos nativos do digital implica necessariamente o desemprego de muitos que não dominam as novas tecnologias, os salários baixíssimos dos trabalhadores precários e o abandono dos idosos, alvos a abater num

cenário em que, dizem os apolo-gistas do novo morticínio que se avizinha, ‘o sobretrabalho digital liberta’. Sim, é verdade, num contexto digital em que o conformismo, a aceitação do domínio em nome do princípio capitalista por excelência da luta pela autopreservação, num cenário de darwinismo social que ilude essa espécie que proliferou com atual crise e é extremamente pernicioso: a consciência ingénuo, que não se cansa de afirmar que, neste momento, somos todos solidários e quando a crise finalmente passar vamos construir todos uma economia baseada no cuidado do outro.

Do poder do progresso ao progresso do poder

O capitalismo digital está a conseguir, e triunfará sem reservas se não for contestado por todos os meios legítimos possíveis, uma legião de seres auto-alienados, ou seja, de seres que se comprazem com a sua própria alienação e até se satisfazem em prolongar o seu horário de trabalho, em tornarem-se cada vez mais produtivos nas cadeias de valor a nível global, que apenas estão suspensas, mas não tardarão a voltar na sua máxima força, e que competem uns com os outros para receberem os prémios de produtividade, controlados à distância pelas plataformas informáticas nos seus movimentos laborais, como os que entregam comida ao domicílio, só para citar o exemplo mais gritante, mas que atinge também os trabalhos mais qualificados. Algumas consciências ingénuas, desculpem a redundância, mas estas estão omnipresentes, defendem que as novas tecnologias

são virtuosas por excelência, porque permitem ‘poupar’ trabalho. Pelo contrário, aumentam o sobretrabalho não pago e não é um pretensão rendimento básico incondicional (RBI), medida enunciada pelo neoliberista Friedrich Hayek, outra das teses das consciências ingénuas do nosso tempo e fonte da destruição do que resta do Estado social, que vai resolver o desemprego galopante criado pelo sobretrabalho digital. Que nos resta então? Apenas recordar estas considerações impiedosas, mas brilhantes, dos fundadores da Escola de Frankfurt, Max Horkheimer e Theodor Adorno, a melhor resposta não ao corona vírus, mas ao vírus ainda mais perigoso das consciências ingénuas atualmente dominantes: “A adaptação ao poder do progresso implica o progresso do poder, implica sempre de novo aquelas formações regressivas que conduzem não ao fracasso do progresso. mas precisamente ao progresso alcançado pelo próprio contrário. A maldição do progresso imparável é a imparável regressão” (Horkheimer, Max; Adorno, Theodor W. – “Dialéctica de la Ilustración”, Valladolid, Editorial Trotta, 1997, p. 98) ■

“A adaptação ao poder do progresso implica o progresso do poder, implica sempre de novo aquelas formações regressivas que conduzem não ao fracasso do progresso. mas precisamente ao progresso alcançado pelo seu próprio contrário. A maldição do progresso imparável é a imparável regressão”



Lutar contra a crise do COVID-19

Declaração do CSEE – Comité Sindical Europeu de Educação – Região Europeia da IE

Vivemos hoje uma realidade radicalmente marcada pela pandemia de coronavírus. Neste quadro de incerteza o CSEE divulgou uma declaração em que salienta, quer a importância incontornável da escola e dos professores, quer a necessidade de lutar pelos direitos dos profissionais de ensino – “na luta contra esta crise e na reconstrução de sociedades mais equilibradas, mais justas e sustentáveis” - e por uma escola de qualidade para todos. Aqui reproduzimos alguns extratos desta declaração.

Com o alastrar da pandemia de coronavírus (COVID-19) pelo mundo, as escolas e os estabelecimentos escolares estão de novo no centro das preocupações das autoridades e da sociedade. Como única resposta coletiva para lutar contra o vírus, muitos são os países que impuseram medidas de quarentena, confinamento e distanciamento social entre as pessoas, famílias e mesmo comunidades, enquanto os trabalhadores da educação e dos seus sindicatos manifestam o seu empenhamento em mobilizarem-se e trabalhar em conjunto pelo bem

comum. (...) Por todo o continente, pais e famílias apercebem-se inevitavelmente de quanto a educação é um setor essencial da nossa sociedade, nomeadamente no que respeita às dimensões sociais do ensino e da aprendizagem. **Os serviços da educação são indispensáveis para manter uma sensação de normalidade entre os estudantes, os pais e no seio das comunidades.** Razão pela qual é **crucial dar um apoio adequado aos profissionais da educação** que lhes permita trabalhar nas melhores condições possíveis e desempenhar o seu papel de fulcral importância na **luta contra esta crise e na reconstrução de sociedades mais equilibradas, mais justas e sustentáveis.** (...) [O CSEE] **pede insistentemente aos governantes, às autoridades educativas, aos empregadores da educação e aos decisores deste setor para se ter em conta os seguintes pontos:**

Os trabalhadores da educação desempenham um papel essencial na luta contra esta crise. O diálogo social e a proteção dos direitos dos trabalhadores da educação, são, hoje, mais importantes do que nunca.

1. (...) o diálogo social e a negociação coletiva devem continuar a ser os principais mecanismos para a adaptação do setor da educação à situação atual. (...) É essencial defender os direitos de todos os trabalhadores da educação, independentemente do seu estatuto

(...) Os sindicatos devem ser sempre consultados pelas autoridades e pelo patronato e convidados a participar nas decisões. Em particular, devem ser tomadas medidas para contabilizar os períodos de lecionação, de estudo e de investigação perdidos e para encontrar soluções que permitam aos estudantes e aos trabalhadores da educação e da investigação com contratos de trabalho/estudo a tempo certo e/ou a curto prazo prolongá-los por um tempo correspondente ao período perdido. (...)

2. Em particular, os trabalhadores da educação com contrato a tempo certo não podem ser sujeitos a novas formas de precariedade por causa da crise atual. (...)

3. (...) A **saúde e o bem-estar físico e mental** dos seus efetivos [trabalhadores da educação] não podem ser subestimados. (...)

4. É necessária uma particular atenção às condições de trabalho dos trabalhadores da educação a trabalhar em casa. (...) **é fundamental ter em conta todas as questões relativas à carga laboral, ao equilíbrio entre vida privada e vida profissional e bem-estar psicossocial.** (...)

5. Sempre que os trabalhadores de educação tenham que ir aos estabelecimentos escolares, **as medidas de saúde e segurança em vigor nos locais de trabalho devem ser comunicadas claramente e definidas respeitando as recomendações das autoridades da saúde e segurança, em diálogo com os representantes**

dos trabalhadores. (...)

Os trabalhadores da educação adaptam-se para continuar a proporcionar um ensino de qualidade, à distância, a milhões de estudantes. O seu trabalho é fundamental para o bem comum, pelo que é essencial proporcionar-lhes o apoio necessário para exercer a sua profissão.

6. (...) um grande número de questões se coloca em relação ao impacto de um ensino à distância com caráter contínuo sobre a qualidade do ensino dispensado nestas condições. (...) a organização das aulas e a escolha de recursos devem ser uma decisão autónoma dos professores, e é crucial garantir-lhes uma formação adequada (...)

7. (...) a crise do coronavírus pôs em evidência os limites e riscos de um ensino e de uma aprendizagem à distância prolongados, lembrando assim o caráter indispensável das interações entre estudantes e professores (...)

8. (...) Várias questões urgentes respeitantes à fratura digital e ao desigual acesso ao material de ensino e de aprendizagem à distância devem ser avaliadas, de modo a garantir que os professores e os estudantes serão capazes de trabalhar em conjunto e que ninguém será deixado para trás por não ter acesso aos dispositivos adequados e aos equipamentos necessários.

As nossas sociedades defrontam-se com a crise de uma geração. Hoje, mais do que nunca, é fundamental defender a solidariedade, os direitos humanos, o respeito, a inclusão e a democracia, porque constituem os nossos princípios fundamentais.

9. (...) O CSEE pede aos responsáveis da educação e aos governos que garantam a inclusão de todos os estudantes e dos trabalhadores, de modo a prevenir o efeito multiplicador da pandemia sobre as desigualdades existentes e evitar assim que se acentue a clivagem entre os diferentes estratos socioeconómi-

cos, entre os centros urbanos e as zonas rurais, entre os migrantes e os não-migrantes, entre os homens e as mulheres, entre os diferentes grupos etários, etc. (...)

10. As consequências do coronavírus, tal como as medidas dos governos para conter a pandemia, atingem mais severamente as mulheres e repercutem-se na igualdade de géneros. (...)

As sociedades europeias não estão preparadas para enfrentar esta crise, por causa do predomínio das políticas de austeridade, orientadas para o mercado e a rentabilidade. Chegou a hora de, uma vez por todas, fazer bom uso das lições do passado e reivindicar uma transformação estrutural: mudanças estruturais para uma economia orientada para as necessidades dos cidadãos.

11. Se o coronavírus é antes e mais uma urgência de saúde pública, ele é também uma urgência económica e social. (...) Face a esta urgência, todos os governos abriram a porta ao investimento público, com base nos direitos e necessidades, e não nos lucros ou no dogma neoliberal do equilíbrio e da austeridade orçamental.

12. A pandemia revela à luz do dia os danos causados pelo modelo neoliberal nesta última década, reduzindo o espaço público, baseando-se na crença dogmática de que o mercado tem uma capacidade de decidir mais eficaz e efetiva, capaz de responder às nossas necessidades. (...) Os professores e os seus sindicatos na Europa estão prontos a lutar contra todas as atuais tentativas de utilizar a maior ameaça dos tempos modernos para a saúde dos seres humanos, a sociedade e a economia política mundial, como pretexto para lesar mais ainda a importância e a missão da educação e justificar novas reduções orçamentais na educação, através da imposição de novos conjuntos de medidas de austeridade.

13. A emergência económica, social e sanitária atual tem o poder de obrigar o mercado, e os seus princípios ideológicos, a bater em retira-

da e voltar-se a dar importância aos espaços e serviços públicos, entre os quais as escolas, as universidades e os estabelecimentos escolares em geral. É chegado o momento de reconhecer e dar o justo valor a todos os trabalhadores do sector da educação e de proteger a comunidade democrática e a governança das nossas instituições. Os modelos que escolhermos hoje definirão o mundo no qual iremos viver amanhã. Para o CSEE, estes modelos devem ter como objetivo prioritário o acesso universal a uma educação de qualidade para todos, como principal alavanca de um crescimento sustentado, da justiça social, do bem-estar e da prosperidade. Chegou o momento de reafirmar o valor da investigação e da produção de saber como bens coletivos, como processos abertos de partilha e troca de conhecimentos. (...) Chegou o momento de garantir que são as necessidades coletivas e não a ganância do sector privado que moldam a tecnologia, para apoiar a pedagogia, as liberdades académicas e a investigação.

14. Os sindicatos de professores estão prontos a fazer a sua parte na elaboração do modelo, conservação e reconstrução de sociedades igualitárias e sustentáveis, em que a educação, como bem público com a capacidade de dar um contributo real para sociedades saudáveis e equilibradas, é uma componente essencial da democracia. O mercado nunca poderá alcançar tais objetivos. O CSEE considera e afirma que só sistemas educativos baseados em valores de serviço público e governança democrática poderão fazer face aos desafios com que as nossas sociedades hoje se confrontam. Os trabalhadores da educação e os seus sindicatos já desempenham hoje um papel chave face à atual urgência sanitária, mas estão igualmente no centro de uma mobilização pela construção, depois da crise, de um mundo melhor. ■

<https://www.csee-etuice.org/en/resources/statements/3693>

É o momento de ensinar os mais novos a entender o mundo

Uma opinião de Noam Chomsky (El País), em torno da crise atual e do ensino

Noam Chomsky,
linguista e professor

Existem mentes brilhantes e não-conformistas que agitam, questionam e confrontam o que uma grande parte da sociedade do seu tempo dá como garantido.

É o caso do intelectual Noam Chomsky, um dos pensadores mais relevantes e influentes do nosso tempo.

Os seus trabalhos de análise e pesquisa influenciaram notavelmente disciplinas como a ciência cognitiva, a filosofia, a psicologia, a ciência da computação, a matemática, a educação infantil e a antropologia.

Considerado o **fundador da linguística moderna**, Chomsky é autor de vários ensaios que percorrem o mundo. No campo da linguística, introduziu a chamada “Hierarquia de Chomsky”, a gramática generativa e a teoria da “Gramática Universal”. Noam Chomsky é professor de linguística no Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT) desde 1952. Desde 2017, faz parte do Departamento de Linguística da Universidade do Arizona, onde é professor emérito. É membro da Academia Americana de Artes e Ciências e também da Academia Nacional Americana de Ciências.

É considerado um dos intelectuais mais citados da história e é autor de mais de 100 livros, entre os quais títulos como ‘Linguagem e entendimento’, ‘Os guardiões da liberdade’ e ‘Quem domina o mundo?’.

Recebeu inúmeros prêmios, incluindo o ‘Prémio de Kyoto’ em Ciências Básicas, a ‘Medalha Helmholtz’ e a ‘Medalha Ben Franklin’ em Ciências da Computação e Cognitivas. Em 2019, foi reconhecido com o ‘Frontiers of Knowledge Award’ da Fundação BBVA.

Em recente entrevista a “El País”, o linguista e professor tece alguns comentários à atual crise do coronavírus e aborda nomeadamente a questão do ensino.

Noam Chomsky - Transcrição

• A situação atual é muito grave (...). O vírus... é o resultado de uma falha colossal no [sistema de] mercado. É importante compreender o contexto se queremos evitar futuras catástrofes como esta. Nalgum momento acabará por ser superada, mas o preço pode ser muito elevado. Já se sabia que era muito provável o aparecimento de uma epidemia como esta, incluindo uma por coronavírus.

• Isto era algo bastante óbvio para os cientistas, depois da epidemia por

SARS em 2003. Sequenciou-se o genoma e criou-se uma vacina e tudo acabou, mas o custo foi muito elevado. E logo então se previu que iriam aparecer outros coronavírus e que deveríamos preparar-nos para isso. Estabeleceram-se as bases, mas é preciso que haja alguém que receba o testemunho e siga em frente. Alguém o fez? Ninguém. Iremos recuperar de tudo isto, já recuperámos de pragas piores, o custo será terrível, mas iremos recuperar em grande medida. Talvez recuperemos totalmente daqui a um certo tempo.

• A coragem e o heroísmo dos que lutam na primeira linha contra a pandemia, os médicos, enfermeiros, trabalhadores da saúde, são admiráveis. As comunidades locais organizaram-se e entreajudam-se. As escolas estão fechadas, as crianças estão em casa, os pais não podem trabalhar. Mas nesta situação, em que se vive num sistema muito frágil, que se pode ir equilibrando quando tudo corre bem, mas em que tudo colapsa quando há uma catástrofe, a educação também irá colapsar. E temos problemas muito mais profundos em relação ao tipo de sistema educativo que queremos. Queremos uma sociedade em que tratamos as crianças como recipientes que enchemos a nosso bel prazer? Ou queremos um sistema educativo

que fomenta a criatividade, a participação, a cooperação e te anime a alcançar os teus objetivos e aproveitar as possibilidades que se abrem para concretizar os teus interesses?

• Não creio que o que esteja em causa seja transmitir informação, mas sim proporcionar os estímulos e oportunidades para que sigam o seu próprio impulso criativo, para que explorem todo o mundo tanto quanto possível, na internet se é o único recurso que têm, que façam atividades criativas, tal como escrever, desenhar, ou construir coisas que os ajudem a compreender o mundo. Isto pode ser feito em qualquer nível. Por exemplo, há um projeto interessante que foi realizado com estudantes mais velhos em que se coloca a seguinte pergunta: como voa um mosquito debaixo de chuva? Se calcularmos a pressão que

uma gota de chuva exerce sobre o mosquito, e isso pode ser calculado, é de tal ordem que esmagaria um ser humano. Assim, como é que um mosquito consegue voar debaixo de chuva? Enquanto estudam o assunto, aprendem um pouco de física, um pouco de biologia, dos nossos organismos, etc.

• Podem fazer-se infinitos projetos similares, que dão a oportunidade, às crianças, a satisfazerem a sua curiosidade natural, de forma a poderem compreender coisas sobre o mundo. E isto pode ser feito em todas as áreas. Literatura, história, qualquer coisa. A educação deveria ser feita deste modo, e é possível fazê-lo. Claro que em casa, onde não há interação entre as crianças, é mais difícil, mas não é impossível. ■

Referência:

Es el momento de enseñar a los niños a entender el mundo. (2020). BBVA Aprendemos juntos. Retrieved 6 April 2020, from <https://aprendemosjuntos.elpais.com/especial/es-el-momento-de-ensenar-a-los-ninos-a-entender-el-mundo-noam-chomsky/>

Conteúdo relacionado:

[Chomsky](#) | Wikipédia
[Noam Chomsky, linguista, filósofo, activista político, fez casa cheia em Lisboa](#) | público
[Chomsky avisa: dois minutos e meio para a última meia noite do planeta](#) | terra sem males
[Noam Chomsky Talks About How Kids Acquire Language & Ideas in an Animated Video](#) by Michel Gondry | open culture
 Noam Chomsky - [El objetivo de la educación](#) | Learning Without Frontiers
https://blogue.rbe.mec.pt/e-o-momento-de-ensinar-os-mais-novos-a-2341467?fbclid=IwAR2LhZRjgQnw1Sp8bL9XGTbcZWjh0kX6loTHIPxTss_MfpbzD0w8sG-m4YA

A distância

Já passou a primeira semana de aulas a distância. Foi estranho. Na minha cabeça, os alunos estiveram sempre na sala de aula, sendo eu o único ausente. Foi estranha a prontidão das respostas ao meu envio de fichas e pedidos de pesquisa. Foi estranho mas não é de estranhar, pois eles são nativos da internet, é a internet o seu habitat.

• **Francisco Martins da Silva**
 Dirigente Sindical

Mas, a cada resposta pontual e certa, continuei a imaginá-los na sala de aula, sempre o mais ao fundo possível, o habitual atraso deste ou daquele, o falatório prejudicial, o inferno dos telemóveis, a falta de maneiras, a insolência, a resistência passiva. A habitual contrariedade de quem é

compelido para a sala de aula e tem interiorizado que a escola é só para estar com os amigos. Também me assaltou o sentimento de desagravo, de justiça poética, por finalmente serem os encarregados de educação deste país que desprezam os professores a terem de aturar os seus ricos filhos. A terem de aguentar a tempo inteiro a indisciplina, insolência e má-criação. A terem de aguentar a tempo inteiro o resultado da educação que lhes têm dado. Mas foi um sentimento breve, pois, à medida que eles iam correspondendo tão pronta e certamente às minhas solicitações, dei por mim a ter saudades deles e a preocupar-me com a

sorte de cada um. Que será deles nos próximos tempos, fechados em casa? Fartar-se-ão finalmente dos telemóveis? Chegarão à conclusão de que o importante da vida consiste sobretudo no que agora nos está vedado? Algum adoecerá?

Esta experiência é inteiramente nova. Sairemos dela diferentes. Para o ensino, como para o ambiente, será positiva. Será impossível continuar do mesmo modo, depois disto. Ficará comprovado que inúmeros hábitos e procedimentos deveriam ter mudado há muito. ■

Texto publicado no “Jornal das Caldas”, em 21-03-2020

Trabalho e horário docente em tempo de pandemia Covid-19

A situação pandêmica que vivemos obrigou os docentes a uma grande e rápida adaptação a novas formas de trabalhar. Mas estas formas de trabalho à distância não podem implicar uma desregulação nos horários de trabalho, nem exigir uma permanente disponibilidade. A par da manutenção de todas as exigências profissionais, os professores têm direito ao seu espaço para descanso, para o apoio e vivências familiares. A intensidade e a simultaneidade das exigências têm levado à exaustão.



É necessário lembrar que os docentes mantêm o direito a um horário semanal. Nos últimos tempos, tem-se verificado uma sobrecarga de trabalho a nível individual pela necessidade de criar e adaptar materiais e a aprendizagem sobre o uso de plataformas, adaptação de equipamentos e de outras formas de comunicar. Para além disso, mantém-se a participação nas várias reuniões para que são convocados. A disponibilidade exigida tem sido permanente e impõe-se o respeito pelo horário de trabalho

de cada um – dos alunos e também dos professores.

Atendendo às denúncias e problemas que nos têm chegado damos resposta a algumas questões:

1 Que mancha horária semanal se deve cumprir?

a) A mancha horária (semanal) pode

ser fixa ou flexível e deve incluir momentos de pausa.

De acordo com o Roteiro para o Ensino a Distância da DGEstE, o recurso a sessões síncronas deve ser feito com moderação, não indo as tarefas propostas além de 20/30 minutos, conforme as faixas etárias.

Nota: De acordo com recomendações da UNESCO para o ensino a distância, as sessões não devem ter mais de 20 minutos no ensino básico nem mais de 40 minutos no ensino secundário.

b) OS docentes têm ainda de estar aten-

tos a comunicações/informações várias – da direção da escola, dos colegas e dos encarregados de educação. O facto de serem enviadas a horas díspares, por vezes, completamente fora de uma mancha de horário razoável, não significa que tenham de ser rececionadas e respondidas de imediato. Tanto quanto possível deve respeitar-se o horário previamente fixado.

2

Os docentes são obrigados a dar apoio, designadamente realizar sessões síncronas ou assíncronas com alunos de colegas que estão ausentes por baixa médica, por exemplo?

Não. Quando um docente está ausente por baixa médica ou por qualquer outro motivo, designadamente aposentação ou rescisão de contrato, a direção da escola/agrupamento tem de proceder à sua substituição através da reserva de recrutamento ou contratação de escola, conforme acontecia anteriormente.

3

Que meios tecnológicos se devem usar?

Independentemente da utilização de determinada plataforma específica escolhida pelo agrupamento/escola, como é referido no Roteiro do Ensino a Distância, devem ser rentabilizados os meios tecnológicos com os quais todos estão familiarizados: mails, programa de gestão de alunos ou outros.

4

Se não existir equipamento adequado e/ou acesso à Internet, como resolver a situação?

O agrupamento de escolas terá de pro-

videnciar os meios técnicos e criar as condições para que a atividade docente se desenvolva conforme as exigências da situação e os meios disponíveis ao alcance dos alunos e dos professores, diversificando, quando necessário, os meios e instrumentos a utilizar.

5

O que fazer quando se verificam atentados à integridade do docente, ao direito à imagem, nomeadamente através de gravações não autorizadas e a sua posterior divulgação?

Apresentar de imediato queixa às autoridades e informar a direção do agrupamento. Deve igualmente dar conhecimento ao sindicato para que a situação possa ser devidamente acompanhada.

6

O que fazer para se manter em segurança durante as sessões síncronas?

a) Usar *palavras-passe seguras*, alterá-las com frequência (todos os meses) e, em plataformas diferentes, usar *palavras-passe* também diferentes.

b) Evitar trabalhar com redes Wi-Fi públicas.

c) Usar **apenas aplicações de origens fiáveis e conhecidas**. Não deve utilizar aplicações cuja proveniência ignora.

d) **Abrir apenas e-mails que conhece ou que parecem fidedignos**.

Atenção ao remetente, ao título do e-mail ou ao conteúdo e às ações que lhe pedem para concretizar. Se lhe pedem para clicar num link para introduzir dados pessoais, não o faça.

e) **Ficar distante das Redes Sociais durante a sessão síncrona**.

É simples, não as use. Através destas aplicações – FACEBOOK, WHATSAPP, MESSENGER, e afins, está a partilhar dados pessoais e por vezes pro-

fissionais a entidades e não sabe o que farão com eles.

f) Cuidado com as informações sobre o COVID.

Se receber e-mails de entidades estranhas com informações sobre o Covid 19, **elimine-os**. Use apenas informações de sites institucionais e fidedignos e **não clique em nenhum link**. Muitos piratas informáticos com intuídos maliciosos estão a aproveitar a divulgação de informações sobre a doença para infiltrar-se nos computadores das organizações e roubar ou bloquearem os dados pessoais e profissionais.

Nota: As características de uma palavra-passe segura incluem:

- no mínimo, 8 caracteres;
- uma combinação de letras minúsculas e maiúsculas, algarismos e caracteres especiais (utiliza um destes símbolos !?()*+,:;=@_./-[]{});
- nunca anotar a palavra-passe.

Devem evitar-se:

- . palavras-passe baseadas em informação pessoal, ex.: nomes de família, amigos, animais de estimação, ou datas importantes;
- . palavras que podem ser encontradas no dicionário, e variantes simples (ex.: escrever a palavra ao contrário);
- . uma sequência, ou caracteres repetidos, ex.: “12345678” ou “22222222”, ou
- . caracteres que se encontrem juntos no teclado, ex.: “qwertyui”;
- . usar parte ou o nome completo na sua palavra-passe;
- . a mesma palavra-passe em diferentes sites.

O SPGL continua disponível através dos contactos divulgados nas suas páginas para te apoiar.■

Contacta-nos!

Consulte:
[Centro Nacional de Cibersegurança - Boas Práticas.](#)



Toda esta transformação é resultado de muitas horas de trabalho por parte do corpo docente

• Departamento do 1º CEB do SPGL

Vamos imaginar que de um momento para o outro, tudo aquilo que conhecíamos, toda aquela rotina a que estávamos habituados dava uma volta de 180º.

Aquela correria matinal, o receber um abraço carinhoso e o sorriso com que os nossos alunos tanto gostam de nos presentear, foi substituída de um dia para o outro, pelo distanciamento social, pelo olhar de longe, pela preocupação, pela incerteza e pelo medo... Vivemos tempos difíceis e preocupantes, tanto a nível social como económico, mas por outro lado, os professores com tranquilidade e profissionalismo estão a acompanhar os seus alunos e dar uma resposta à altura.

No entanto, não é fácil nem simples de um dia para o outro, proceder a alter-

ações tão profundas na forma de trabalhar num sistema educativo, já de si, carente dos mais variados recursos, sejam eles materiais ou humanos.

A implementação do programa #EstudoEmCasa, inspirado na antiga tele-escola, foi uma das soluções encontrada por parte do Ministério da Educação para dar resposta à falta de recursos que muitas famílias têm. A medida parece adequada, mas como é óbvio tem de ser vista num todo, pois é apenas um complemento à aprendizagem e não uma solução para todos os problemas. O contacto direto com o professor continua e continuará a ser determinante para as muitas aprendizagens das aulas presenciais e para a promoção do sucesso educativo. Em muitos locais do país, as assimetrias continuam evi-

dentes, pois quem não tinha acesso à internet continua a não o ter, quem não tinha equipamentos informáticos, continua sem eles e aqueles que os professores não conseguem contactar desde o início da quarentena continuam sem serem contactados.

Há sem dúvida, um conjunto de problemas sobre os quais é importante fazer uma reflexão aprimorada, para que as diferenças sócio/económicas das famílias com filhos em idade escolar não se acentuem ainda mais.

Há requisitos mínimos que cada aluno/família terá de possuir para responder às solicitações das escolas.

É ainda necessário garantir que todos os professores possuam o material informático necessário para desenvolver o trabalho que lhes é exigido e for-

mação que vá além da simples ótica do utilizador. Há uma realidade que não podemos esconder, os professores, muitas vezes deslocados das suas casas, com contratos precários, despedimentos de familiares, despesas familiares e habitacionais, nem sempre podem arcar com a despesa dos equipamentos requeridos. As escolas têm equipamentos que deverão colocar ao dispor para o desenvolvimento do trabalho de quem os não tem.

É certo que a maioria das escolas/agrupamentos foram lestras a inventariar as necessidades e as carências das famílias, mas as respostas, em demasiados casos, tardam em ser dadas, provocando uma discrepância cada vez maior, sobretudo entre os mais necessitados. No que respeita aos professores foram muito poucas as escolas/agrupamentos que se preocuparam com isso. O Ministério da Educação não pode, mais uma vez, deixar de assumir responsabilidades no garante do acesso à educação de todos os alunos. As assimetrias acentuam-se, mais uma vez, quando a atribuição de equipamentos fica à discricionariedade e à parcialidade do poder local.

O acesso à educação é um direito de todas as crianças e jovens e tal não pode ficar dependente da boa vontade de privados nem de nenhum poder local. O acesso à educação, em igualdade de circunstâncias tem de ser uma prioridade.

Conjuntamente com esta nova realidade, surgem também novos problemas. Se é certo que enviar e receber e-mails faz parte do quotidiano de quase todos os professores, no que toca às famílias já não é bem a mesma realidade, as dificuldades da utilização das novas tecnologias acabam por sobressair, tornando a troca de informação por vezes impossível. Se levarmos em consideração que a idade dos alunos do 1.º CEB varia entre os 6 e os 10 anos, concluímos facilmente que estes ainda têm pouca autonomia e que necessitam constantemente de ser auxiliados pelos pais ou Encarregados de Educação. Como se todos estes contratemplos, com a partilha de informação, não fossem suficientes, podemos juntar a im-

plementação por muitos agrupamentos, das aulas síncronas, que não são mais que aulas presenciais em videoconferência, em que muitas vezes os professores são obrigados a lecionar matérias novas, pululando por aí um sem número de plataformas, que muitas vezes usadas de forma incorreta, são uma porta aberta para abusos e intromissões de pessoas sem escrúpulos que apresentam comportamentos desadequados e colocam em perigo informações pessoais de professores e alunos.

É, pois, muito importante que também aqui o governo e em particular o Ministério da Educação faça mais que relembrar as regras da internet segura, torna-se imperativo que as autoridades criem mecanismos de segurança que permitam uma utilização segura destas novas ferramentas para que ninguém corra riscos que ponham em causa a imagem e a proteção de dados.

No 1.º CEB, até pela faixa etária abrangida, a relação e a interação entre professor/aluno é fundamental para um ensino de qualidade. É muito importante, neste momento, que a relação entre escola/família, entre professor/aluno, seja a todo o custo preservada e que sejam dadas todas as condições para que esta interação sofra o menor ruído possível, até para preservar e se possível aumentar o gosto dos nossos alunos pelo processo ensino/aprendizagem. Como se costuma dizer, da dificuldade surge a oportunidade, então façamos deste “contratempo” uma oportunidade para valorizar os alunos, os professores, as famílias e construir uma escola pública de qualidade.

Toda esta transformação, que em poucas semanas a escola pública foi obrigada a fazer, é resultado de muitas horas de trabalho por parte do corpo docente, da sua entrega e do seu profissionalismo. Tal como as rotinas diárias sofreram uma profunda alteração, também os horários dos professores foram inevitavelmente atingidos. De um momento para o outro, parece que deixou de haver manhãs, tardes ou noites, dias de semana ou fins-de-semana. O trabalho tem sido intenso: gestão dos contactos de pais ou Encarregados de Educação, respostas a e-mails, planifi-

cação do trabalho a desenvolver com os alunos e aprender a dominar as novas plataformas. Os professores estão extenuados, pois para além do trabalho normal que lhes está atribuído, ainda lhes está a ser exigido passar horas intermináveis em frente ao monitor de um computador em reuniões muitas vezes estéreis ou preenchendo grelhas e grelhinhas que as direções dos agrupamentos ou que as chefias intermédias resolveram inventar, despendendo horas infindáveis em burocracia, sendo que de escola para escola, de agrupamento para agrupamento há disparidades de funcionamento e os professores são por norma o elo mais fraco. Os professores têm dado uma resposta exemplar de empenho, de dedicação e de profissionalismo. Tarefas e funções inúteis nada acrescentam à resposta que é necessário ser dada, antes pelo contrário, só atrapalham.

Em conjunto, professores que acompanham o estudo em casa e os que dão o rosto de múltiplas formas, têm feito um grande esforço, sem tempo, sem rede para manter a qualidade da escola pública e o interesse dos seus alunos, num constante esforço para não deixar ninguém para trás. ■

O acesso à educação é um direito de todas as crianças e jovens e tal não pode ficar dependente da boa vontade de privados nem de nenhum poder local. O acesso à educação, em igualdade de circunstâncias tem de ser uma prioridade.

O ensino à distância ou o cumprimento do 4.º Desafio Estratégico do governo à custa do investimento dos professores e das famílias

Paula Rodrigues

Departamento do 2º e 3º Ciclos e Ens. Secundário

Fechadas as escolas, confinados nas respetivas habitações, professores, alunos e famílias envolvidos no processo de ensino e aprendizagem à distância viram-se, de repente, na necessidade de reestruturar métodos de trabalho e de gerir o tempo, o espaço e recursos, sobretudo informáticos, sabendo utilizá-los ou não, tendo apoio técnico ou não. Após duas semanas desde o início do terceiro período, é possível claramente identificar os principais problemas do ensino à distância: falta de recursos, formação, apoio técnico e de segurança, aumento das desigualdades sociais, pressão e sobrecarga laboral, com o aumento do número de horas de trabalho e indefinição das fronteiras entre o tempo do trabalho e do espaço privado.

Muitas famílias enfrentam o problema de não possuírem qualquer equipamento informático ou possuírem equipamento obsoleto. Em muitos outros casos, na mesma residência, com vários elementos em teletrabalho, com crianças pequenas ou pessoas dependentes, as famílias lutam contra as limitações de espaço disponível para trabalhar e, no caso de possuírem computador, gerem a partilha deste recurso por todos os membros.

Nas famílias dos professores, a situação é idêntica e é agravada pelo facto de, se o professor não possuir equipamento informático para trabalhar, o ensino à distância fica comprometido. No caso dos professores, ao contrário talvez da maior parte dos trabalhadores de outras profissões, a entidade empregadora,

neste caso o Ministério de Educação ou os colégios, não distribuiu equipamento informático pelos docentes e conta, sem qualquer pudor, com os recursos adquiridos com os salários dos docentes, os mesmos trabalhadores que viram as suas carreiras desrespeitadas, desreguladas e afetadas pelo congelamento desde 2005 até 2018, com um interregno, mas num total de 9 anos 4 meses e 2 dias.

De repente, o país transformou-se numa gigantesca escola, onde cada sala de aula é a casa de cada docente e dos respetivos alunos, com equipamentos comprados por estes.

De um dia para o outro e, na maior parte dos casos, sem qualquer formação, lançaram-se ou foram lançados no ensino à distância, sem orientações da tutela.

Muitos entraram em negação, outros lançaram-se na descoberta deste novo mundo. Sem formação sólida em informática, sem dominar as plataformas e ferramentas digitais, sem equipamento adequado, a maior parte, num ato de voluntarismo, recorreu ao seu equipamento pessoal para trabalhar nas novas condições, frequentemente com computadores antigos, sem câmaras, nem microfones, sem os programas ou ferramentas adequados. Muitos, porém, exigiram fazer o seu trabalho nas escolas, desde que todas as normas de higienização dos espaços fossem respeitadas, mas enfrentaram um novo obstáculo, visto que as próprias escolas também não tinham o equipamento necessário. Outros solicitaram às escolas que lhes fosse disponibilizado um portátil para poderem fazer o seu trabalho em casa, como é suposto, mas muitas escolas também não concederam, visto que não os tinham. Em algumas situações, as câmaras municipais intervieram e disponibilizaram algum

equipamento a professores e, sobretudo, a alunos. Os professores que declararam a impossibilidade de trabalhar nos novos moldes por não terem equipamento são apontados por alguns, como se fosse obrigatório terem equipamento informático recente para poderem trabalhar, como se, em qualquer empresa, não fosse a entidade empregadora a fornecer os materiais necessários, como se fosse natural serem os docentes a custearem a despesa de educação dos seus alunos. De um dia para o outro, docentes e discentes abriram as portas de sua casa e expuseram a sua privacidade perante os olhares de quem quer ver. Outras preocupações se colocaram: será que não vamos ficar ainda mais expostos?; será possível que, trabalhando com o computador pessoal, a segurança de informação privada e de dados como senhas e acessos a contas bancárias possa estar comprometida?; será possível os alunos gravarem imagens ou vídeos das aulas e partilharem-nas na internet? Pouco tempo depois, algumas dessas preocupações revelaram-se reais, uma vez que algumas das aulas foram interrompidas por elementos estranhos à turma a solicitarem esclarecimentos ou porem em causa a informação transmitida, para além de, neste momento, circularem fotografias e vídeos de aulas na internet, em aplicações como o WhatsApp, para gáudio de quem quer apontar defeitos, amesquinhar, criticar e até castigar. Este tipo de bullying deve igualmente acontecer com as próprias crianças e jovens. De acordo com o estudo “Perfil do Docente 2017/2018” (pp. 68-69), a maior parte dos docentes do 2º e 3º ciclos e ensino secundário tem 20 ou mais horas letivas (na área metropolitana de Lisboa: 47,6%, no 2º ciclo, e 45,8% no 3º

ciclo e ensino secundário) e, colocando a hipótese de em média cada disciplina ocupar 3 tempos por semana, estes docentes darão aulas a umas 7 turmas, que podem estar distribuídas por vários anos letivos, com uns 175 alunos, muitos deles com necessidades educativas especiais ou oriundos de meios socialmente desfavorecidos e com apoio por parte dos adultos. Este número corresponde apenas a uma média, dado que é possível que um mesmo docente tenha 24 turmas na mesma semana e, se multiplicarmos 24 por 25 alunos, poderá ter 600 alunos...

De repente, materiais que demoraram anos a serem construídos têm de ser reformulados ou mesmo excluídos por não se adaptarem a esta nova forma de ensino à distância. Como ensinar? Como comunicar? Como avaliar? Como chegar aos alunos mais desprotegidos? Novas pesquisas, novos conceitos: aula síncrona e aula assíncrona; chat, email, e-learning, plataforma, aplicação, segurança, dados, fórum... Dúvidas e mais dúvidas: como gerir uma sessão em videoconferência?; que aplicação usar para comunicar, qual é a mais segura?; como mostrar um vídeo ou um “power point”?; como fazer um exercício no “Google Forms”, no “Educaplay” ou muitas outras hipóteses. Dezenas e dezenas de possibilidades estão disponíveis, mas os professores, sem a formação e um verdadeiro acompanhamento técnico, perdem-se na pesquisa e muitos, pressionados pelo tempo e por todas as solicitações, desesperam, sentem-se impotentes e pensam que nunca irão conseguir.

Por outro lado, enquanto se procede a esta reformulação de materiais e reajustamentos na estratégia a adotar, os docentes estão a enviar, por correio eletrónico ou através de plataformas, propostas de trabalhos, que são devolvidos aos professores para que os corrijam. Considerando que terão 100, 150, 175, 600... a, é fácil verificar que estão claramente em situação de sobre trabalho. Como ensinar nestas circunstâncias?

O tempo para o trabalho e o tempo pessoal viram as suas fronteiras ser ainda mais esbatidas. A toda a hora, docentes de todo o país pesquisam, tentam aprender uns com os outros, experimentam, erram, refazem... A toda a hora rece-

bem nos seus “emails”, na maior parte das vezes pessoais, mensagens de alunos, encarregados de educação, colegas ou da direção.

Os professores que desempenham a função de diretores de turma viram o seu horário de trabalho claramente acrescido pelo facto de coordenarem o trabalho de todo o conselho de turma, contactarem constantemente com alunos e pais, verificarem a “assiduidade”, resolverem problemas diversos, como a comunicação entre todos os elementos, a falta de equipamentos dos alunos, as dificuldades que famílias, alunos e professores sentem em todo o processo...

Com a abertura das aulas no ensino secundário, outras questões se colocam. Se o estudo “Perfil do Docente 2017/2018” (p. 35) permite concluir que, há dois anos, na área metropolitana de Lisboa, no 3º ciclo e no ensino secundário, 52% dos professores tinham 50 anos ou mais e 32% entre 40 a 49 anos, será que grande parte destes docentes não estarão incluídos nos grupos de risco? Terão as escolas máscaras, desinfetantes e todos os recursos materiais e humanos para garantir a desinfeção dos espaços e evitar a propagação da doença? Se as turmas se subdividirem em dois ou três grupos, como ficará o horário do professor? Os alunos terão uma só hora presencial por semana? Vão tirar-lhe turmas de outros anos letivos que não vão realizar os exames? Vão contratar novos professores? O que deve ficar absolutamente claro é que as aulas só podem começar se se tomarem todas as medidas para que a saúde de todos seja colocada em primeiro plano e que ninguém fique desnecessariamente exposto perante o risco de contágio.

Em suma, um dos grandes riscos que os professores correm neste momento é que, com o seu profissionalismo, seguindo um impulso de solidariedade para com todo o país, colocando à disposição dos seus alunos e da sua entidade laboral os recursos que esta se recusou a adquirir, este facto seja banalizado e a situação seja assumida como natural, cabendo aos professores o papel de suprir deste modo o investimento que não foi feito durante mais de uma década na educação e de permitir ao governo alcançar, à custa dos

docentes, o 4.º desafio estratégico do seu programa – “Sociedade digital, da criatividade e da inovação – o futuro agora: construir uma sociedade digital”. Outro risco sério tem a ver com o facto de os professores se lançarem, impreparados e quase sozinhos, no ensino à distância, procurando colmatar em dias ou em poucas semanas a quase inexistência de formação durante mais de uma década, assim como o impacto que os horários sobrecarregadíssimos tiveram na fadiga física e intelectual e na atualização de conhecimentos. Para além disso, procurando minorar a todo o custo as falhas no sistema para que os alunos não fiquem prejudicados, os professores sujeitam-se a revelar essas falhas, de que não são responsáveis, mas que parte da comunidade entende como tal, e a ficar expostos perante o olhar trocista de quem não sabe ou não quer reconhecer a sua dedicação e profissionalismo. Uma das mais graves consequências da nova forma de ensinar e da reorganização das escolas que se está a verificar neste momento é o aumento exponencial do número de horas de trabalho, eliminando-se as fronteiras entre a vida privada e a escola.

Não, mesmo numa época de pandemia e sobretudo após esta fase, não vale tudo. Os professores têm de ser respeitados. Os horários não podem ser desregulados. O Ministério da Educação tem de se responsabilizar pelo investimento que não foi feito durante anos, tem de assumir as falhas no sistema e resolvê-las, tem de fazer o investimento adequado no equipamento necessário. O Ministério não pode expor os seus professores nas diversas redes e plataformas digitais sem qualquer apoio. ■

Uma das mais graves consequências da nova forma de ensinar e da reorganização das escolas que se está a verificar neste momento é o aumento exponencial do número de horas de trabalho, eliminando-se as fronteiras entre a vida privada e a escola



Ensinar e aprender em tempo de crise

Reflexão do Conselho Pedagógico da Escola Secundária de Camões

23 de abril de 2020

A Organização Mundial de Saúde qualificou, no dia 11 de março de 2020, a emergência de saúde pública ocasionada pela doença COVID-19 como uma pandemia internacional, constituindo uma calamidade pública. A situação, com rápida evolução em todo o mundo em geral, e, em particular, na União Europeia levou à declaração de estado de emergência em todo o território nacional através do Decreto do Presidente da República n.º 14-A/2020 de 18 de março, renovado a 2 e a 17 de abril, que, entre outras medidas, impede o direito de deslocação no território nacional.

Com todo o esforço de rápida reação a uma situação inesperada e sem precedentes, com muita criatividade e enorme disponibilidade mental, a passagem do ensino presencial rapidamente conduziu à inevitável passagem das atividades educativas para meios de comunicação digitais, o que foi legitimado pelo Decreto-Lei n.º 14-G/2020 de 13 de abril. A Escola Secundária de Camões reorganizou-se no sentido de tentar garantir o acesso às atividades por todos os professores e alunos, a proteção dos mais vulneráveis, o funcionamento dos serviços administrativos e todos os restantes serviços, tendo constituído equipas de apoio com diferentes valências, designadamente ao nível das decisões pedagógicas e do apoio tecnológico. De acordo com as orientações do Ministério de Educação, criou um plano de ensino a distância (Plano de E@D), divulgado na página da escola.

No entanto, há que admitir que, apesar das muitas e indiscutíveis valências reconhecidas ao ensino a distância, este sistema de ensino não substitui a modalidade presencial; é na sala de aula que os professores contactam com os seus alunos e desenvolvem as melhores estratégias de ensino. Assim, quando confrontados com a necessidade de o fazer a distância, é apenas expectável que procurem reproduzir as estratégias usadas em sala de aula, quando, na verdade, a tecnologia exige abordagens totalmente distintas.

É um desafio particularmente exigente pela sua urgência, mas a adaptação não é, apenas, a de preparar aulas por videoconferência, simulando uma tradicional sala de aula. É muito mais: preparar conteúdos para a aprendizagem dos alunos com ferramentas digitais, gerir plataformas digitais e estar em contacto virtual com alunos. Trata-se, fundamentalmente, de desenvolver outro tipo de competências igualmente fundamentais para a formação dos nossos alunos tais como a autonomia, a disciplina e a persistência. O ensino a distância carece de tempo para os professores prepararem as aulas e promoverem as suas estratégias de forma eficaz, carece de tempo para os alunos se adaptarem a novas formas de aprendizagem.

E como este “tempo” não existe no atual contexto, bastaram quatro dias desde o início do 3º período para surgirem notícias de o youtube ser invadido com vídeos “roubados” às aulas, pais a interferirem no trabalho dos professores,

passwords vendidas, devassando vidas de alunos e professores, colocando em causa a segurança de todos os intervenientes e o Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD). Mas também há quem, no meio deste cenário, com uma ilusão otimista, considere que é sempre possível cumprir programas disciplinares – no nosso entender o cumprimento de programas é sempre possível, em quaisquer circunstâncias, mas o que constitui o nosso dever é garantir que as aprendizagens tenham sido realizadas. Como Escola Pública que somos, cumpre-nos a obrigação de assegurar a igualdade de oportunidades de acesso à educação, que é, aliás, um direito constitucional e obrigação do Estado de direito democrático. Ora, neste momento, este direito encontra-se comprometido para numerosos dos nossos alunos. O modelo de ensino a distância pressupõe, para que seja igualitário e acessível a todos, que todos os alunos disponham dos meios tecnológicos necessários, situação que não se verifica em parte da nossa população estudantil.

Ao contrário da frequência presencial de uma escola, o ensino a distância implica custos para as famílias, requer equipamento disponível, nomeadamente computador onde pesquisar, rececionar e realizar os exercícios escolares, precisa de uma ligação à internet com capacidade para a transferência de ficheiros e para a participação em reuniões síncronas com vídeo. Isto mostra que há uma desvantagem evidente para as famílias socialmente desfavorecidas, em parti-

cular as que tiverem mais crianças ou jovens em idade escolar e que, com rendimentos mais baixos, terão provavelmente menor número de equipamentos disponíveis e pior ligação à internet (ou mesmo ausência dela).

Os dados comparados a nível europeu mostram que Portugal é dos países onde menos cidadãos utilizam a internet diariamente. Nesse sentido, têm sido inúmeros e pertinentes os alertas para este problema de desigualdade social, pelo que há que ter esta realidade em mente, sobretudo porque não houve, ainda, oportunidade para atenuar os efeitos dessas desigualdades, distribuindo equipamentos às famílias. Poderemos estar a falar de mais de 50 mil alunos sem internet em casa, a partir dos dados do INE para 2019. Se a estes juntarmos aqueles que não têm equipamento adequado no lar, o número total de alunos que o ensino a distância estará a excluir é muito significativo.

Há também quem considere que é possível “preparar” os alunos para a realização dos exames nacionais de acesso ao ensino superior, como se este fosse um ano igual aos outros. De acordo com os dados do relatório do PISA 2015, relativo ao bem-estar dos estudantes, os alunos portugueses estão entre os mais ansiosos da OCDE no que se refere à avaliação escolar. Em condições “normais”, e segundo os mesmos dados (PISA 2015 – Programa Internacional de Avaliação de Alunos), 88% dos alunos portugueses temem más classificações nas escolas, 84% receiam que os testes sejam muito difíceis para si, 69% admitem ficar ansiosos quando fazem um teste, 65% ficam nervosos quando não conseguem resolver um problema na escola, e até estudar é um fator de tensão, pelo menos para 46,2% dos alunos portugueses. Se este estudo fosse efetuado agora, como seria a distribuição destas percentagens? E se substituíssemos a realização de testes por exames nacionais de acesso ao ensino superior que ditarão o seu futuro? No entanto, o Governo, avaliada a evolução da situação epidemiológica do novo coronavírus COVID-19, pode determinar a retoma das atividades letivas presenciais, nos 11º e 12º anos de escolaridade e nos 2º e 3º anos dos cursos de dupla certificação do ensino secundário, nas 22 disciplinas

que têm oferta de exame final nacional. Esta medida parece ignorar, uma vez mais, a igualdade de oportunidades de acesso à educação como um direito constitucional e uma obrigação de um Estado democrático. Acresce, ainda, que esta medida acentua a insegurança sobre as condições em que será feito o regresso à escola, sobretudo aos estabelecimentos sob intervenção, e em particular à Escola Secundária de Camões, exclusivamente secundária, a funcionar em espaços físicos apertados (devido às obras de requalificação) e com um corpo docente cuja média de idades traduz um grupo significativo que constitui população de risco. E como no Decreto-Lei n.º 14-G se refere que no 10º ano de escolaridade e no 1º ano dos cursos de dupla certificação do ensino secundário as atividades letivas se vão manter em regime não presencial, questionamos: onde “ficam” as disciplinas dos 11º e 12º anos que não são sujeitas a exame

nacional? Ou estas não são consideradas relevantes para a conclusão do ensino secundário?

Face ao exposto, o conselho pedagógico da Escola Secundária de Camões decidiu:

- Considerar que não estão reunidas as condições necessárias para garantir as aprendizagens essenciais a todos os alunos e o cumprimento dos programas disciplinares;
- Acompanhar todos os alunos no desenvolvimento de competências, privilegiando o desenvolvimento do seu bem-estar emocional, a promoção da confiança face à escola, a prevenção de situações de isolamento e o desenvolvimento de atividades promotoras do sentimento de pertença à escola e à turma;
- Solicitar ao Ministério da Educação o esclarecimento das questões registadas no anexo.

Anexo Questões por esclarecer

- Qual o objetivo do E@D? Cumprir as Aprendizagens Essenciais/Programa/Programa e Metas ou consolidar as matérias lecionadas até ao final do 2.º período e desenvolver outro tipo de aprendizagens?
- Se o número de equipamentos/acessos de internet que a Escola tem feito um esforço para conseguir não for suficiente para todos os alunos e professores necessários, como garantir as aprendizagens desses alunos?
- Nada no Decreto-Lei n.º 14-G/2020, de 13 de abril, parece incluir os princípios estabelecidos nos Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho e no Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho. Qual o papel destes, no contexto educativo em que nos encontramos?
- Como organizar uma escola não agrupada, exclusivamente secundária, que, provavelmente, terá de assegurar a logística da totalidade das 22 disciplinas sujeitas a exame no ensino secundário? (Recorde-se que a Escola Secundária de Camões tem 25 turmas no 11º e 12º anos, com uma média de 26 alunos).
- Como garantir a segurança e o trabalho dos 45 professores e 13 assistentes operacionais e assistentes técnicos com idade acima dos 60 anos, aos quais acres-

- cem situações de risco por motivos de doença e situações de acompanhamento de filhos menores em casa?
- A avaliação das condições de segurança vai ser garantida pela Direção Geral de Saúde, antes de se dar início às aulas presenciais? (Recorde-se que a Escola Secundária de Camões, por motivo de obras de requalificação, tem metade das salas a funcionar em monoblocos).
 - Qual o objetivo das aulas presenciais nas disciplinas de exame nacional? Preparar para o exame? O que significa preparar para exame? Cumprir as Aprendizagens Essenciais/Programa/Programa e Metas, ou consolidar as matérias lecionadas até ao final do 2.º período?
 - Haverá ou não perguntas de opção nos exames nacionais, de acordo com a informação veiculada pelo Primeiro-ministro e pelo Ministro da Educação?
 - Quando vai o IAVE disponibilizar as informações necessárias à clarificação dos conteúdos e estruturas das provas de exame?
 - No terceiro ano dos cursos profissionais os estágios podem ser substituídos por horas de aulas?
 - Como será calculada a média de acesso ao ensino superior no caso do ensino recorrente? ■



E depois de Abril veio Maio

José Feliciano Costa
Presidente do SPGL

A Revolução de Abril “apanhou-me” no que é, atualmente, o 5.º ano de escolaridade, na altura o 1.º ano do ensino preparatório ou ciclo preparatório. Tinha concluído a Escola Primária, assim se designava e seguiu-se a Preparatória Nuno Gonçalves, porque era a que ficava mais perto da minha casa, no bairro da Graça, em Lisboa. Soube, muitos anos depois, que na Escola Nuno Gonçalves se realizaram

algumas reuniões de um Movimento, de âmbito nacional mas ilegal, denominado “Grupos de Estudo do Pessoal Docente do Ensino Preparatório e Secundário”, os GDEPES, importante marco no processo reivindicativo de questões específicas da classe docente, em plena ditadura, e também embrião do sindicalismo docente no Portugal democrático. Com turmas mistas e muitos professores, a Preparatória era um mundo novo

e fascinante para mim, acabado de sair de um antigo Palacete na Penha de França, onde funcionava a Escola Primária “masculina”, porque a do Largo de Sapadores, a mais perto da minha casa, era “só para meninas”. A minha sala de aula tinha três filas de carteiras que refletiam a diferenciação social existente: os mais pobres na fila junto à porta, ao meio os remediados e na fila junto à janela, os meninos “bem”; no pátio, brincávamos to-

dos juntos. A aula iniciava-se com o professor António Nogueira, sempre de fato e gravata, a entrar dentro da sala. Ato reflexo, ficávamos de pé e depois o professor dirigia-se solenemente para a sua secretária, recebido num silêncio sepulcral, onde só se ouvia o ranger do velho soalho à sua passagem. Depois dos cumprimentos, iniciava a aula, ladeado pela cruz de Cristo, à sua esquerda e pela fotografia do então Presidente da República, Almirante Américo Tomaz (não tenho a certeza se na altura eu sabia o nome da personagem), ao qual o meu pai chamava o “Corta Fitas”.

Nessa normalíssima quinta-feira de Abril, pelo menos para mim, já depois de almoço, a caminho da escola, com o Paulo e o Júlio, meus vizinhos e colegas de turma, habituais companheiros do curto percurso entre casa e escola, fomos surpreendidos por uma idosa que nos disse: “Meninos, vão para casa que isto está cheio de tropa e a Baixa está a arder!”. De facto, já o dia ia a meio e nenhum de nós se tinha apercebido do que se estava a passar; os tempos eram outros e sem as novas tecnologias que hoje nos invadem, a informação demorava mais tempo a chegar.

Ainda fomos à escola (estava fechada) mas mandaram-nos ir para casa. De facto, fomos, mas para deixar as mochilas, pois a excitação da aventura, a curiosidade e a ingenuidade típicas destas idades venceram o medo. Depois de galgadas as Ruas da Voz do Operário e das Escolas Gerais, o Limoeiro e a Sé de Lisboa, aí estavam os três pirralhos no “Teatro de Operações”, em plena Baixa Lisboeta. E lá estávamos nós, no meio da tropa, das Autometralhadoras EBR, das Chaimites, dos M47, e das Panhard; claro que, para mim, era tudo Tanques de Guerra.

Por ali andámos: Rua Augusta, Chiado, Rua do Alecrim, Cais do Sodré e outros. Ouvimos tiros, provavelmente os que Salgueiro Maia disparou contra o Quartel do Carmo ou os que os agentes da PIDE utilizaram para assassinar alguns populares, nunca saberei. Entre o medo e a excitação, por ali fomos ficando, no meio da tropa e do povo, até ao entardecer, sem perceber

nada do que estava a acontecer, mas naquele momento, para nós, isso também não era importante.

Achei estranho que no meio de toda aquela confusão, as pessoas circulavam entre a tropa e interagiam com os militares, punham-se ao lado deles mesmo quando estes estavam em posição de tiro, achei também curioso, pois percebi que havia uma certa descontração no ar por parte de quem andava por ali, ninguém parecia estar com medo nem sequer muito preocupado, foi a sensação com que fiquei.

Começou a escurecer e estava na hora de voltar a casa, era sempre assim, ao fim do dia depois da escola, chegar antes de escurecer totalmente, evitando, assim, um sermão.

Hoje, imagino a preocupação dos nossos pais; os meus, soube depois, tinham acabado de chegar do trabalho, o que nesse dia aconteceu mais cedo do que habitualmente, no preciso momento em que eu tinha saído para ver a Baixa a arder, conforme anunciado pela velhota.

Ao recordar esse dia, volvidos 46 anos, consigo reproduzir com grande detalhe quase todos os meus passos ao longo da tarde, tudo o que vi e senti. Curiosamente, não recordo nada do reencontro com os meus pais ao chegar a casa, se ralharam, se me abraçaram, se choraram de alívio ou se gritaram. Imagino que possa ter acontecido um pouco de tudo.

Se antes de Abril os meus pais falavam de política em casa, não sei e se falassem, eu não entenderia. Lembro-me das “Conversas em família”, do Marcelo Caetano, que eu achava muito parecido com o professor Nogueira e lembro-me do meu pai dizer, sempre no início destas “conversas”: “Pronto, lá vão os preços aumentar outra vez!”. Lembro-me também de a minha mãe falar, por vezes, da guerra e do medo que tinha por mim, o filho mais velho, quando fosse para a tropa. Confesso que aquilo passava-me um bocado ao lado, era algo que, para mim, ainda estava muito distante.

Lembro-me, ainda, de um episódio no Castelo de S. Jorge, em pleno verão, onde eu e um grupo de amigos, ainda crianças, fomos expulsos do recinto porque estávamos em tronco nu, a

refrescarmo-nos numa das fontes que aí existiam. A proeza foi cometida por um senhor muito barrigudo, de camisa verde escura (pensámos ser um polícia) que, aos gritos, nos obrigou a sair dali, provavelmente alegando que estávamos a ofender a moral pública. Na altura, quem guardava o Castelo era um contingente da Legião Portuguesa.

Só mais tarde, com o passar dos anos, fui tomando consciência do que tinha acontecido nesse dia, a importância de Abril, da conquista da Liberdade e da Democracia e fui aprendendo a respeitar os obreiros desta Revolução dos Cravos.

Depois de Abril, veio Maio e logo no primeiro dia deste mês, foi feriado - Dia do Trabalhador. Fomos para a rua festejar e recordo-me de ver imensa gente nas ruas, numa alegria contagiante; as pessoas estavam felizes e demonstravam-no.

Ao cimo da minha rua, junto ao Quartel de Sapadores, que alojava o Regimento de Transmissões, milhares de pessoas interagiam com a tropa que estava na unidade I, em cima dos muros. Voavam cravos de um lado para o outro e havia beijos e abraços, numa alegria coletiva contagiante.

Ao longo de todos estes anos, sempre celebrei Abril e Maio, primeiro com os meus pais, depois sem eles, com a minha mulher, com a minha filha, com os meus amigos e também integrado em coletivos.

Abril trouxe-nos este bem precioso que é a Liberdade, a Democracia e semeou a esperança de um país diferente, melhor e mais justo; Maio trouxe-nos a memória da resistência, do trabalho e da luta por melhores condições de vida.

Celebrar e preservar Abril e Maio e transmiti-lo às gerações futuras é um dever de todos nós. ■



A Atualidade do 25 de Abril



Almerinda Bento
Dirigente do SPGL

Estava prestes a fazer 23 anos e trabalhava em Camarate num escritório de uma fábrica metalomecânica como tradutora, quando ocorreu o 25 de Abril de 1974. Para as pessoas da minha geração, a madrugada libertadora do 25 de Abril e os dias e meses que se lhe seguiram têm duas sínteses perfeitas, em palavras e em imagens, daquilo que vivemos nessa altura: o poema de Sophia de Mello Breyner Andresen e o quadro «A Poesia está na Rua» de Vieira da Silva.

As imagens mais fortes que tenho desses dias têm a ver com a rua, as vozes das pessoas que falavam umas com as outras mesmo não se conhecendo, nos transportes públicos, nos cafés, em qualquer sítio. Era a explosão da liberdade, dos sentidos, da alegria. Era o rio a transbordar.

A Escola Pública, o Serviço Nacional de Saúde e a Segurança Social foram conquistas e direitos basilares, inscri-

tos na Constituição Portuguesa e que surgiram na sequência da grande mobilização popular e cívica que se seguiu ao 25 de Abril de 1974. O romper com a ditadura e o exercício da Liberdade e da Democracia foram ganhos imensos, num país atávico, atrasado, desprovido de direitos democráticos e de cidadania. O nosso povo precisou, ao longo de mais de quatro décadas, de fazer muito caminho para encurtar as diferenças com outros países da Europa que já tinham acesso a esses direitos dos quais estávamos privados por vivermos em ditadura.

O direito universal à Educação e à Cultura e ao Ensino está inscrito na Constituição desde 1976, mas encontra factores sociais, económicos, políticos e culturais que fazem com que a realidade muitas vezes esteja longe desse objectivo de pleno exercício. Com o 25 de Abril, em todo o território nacional, as escolas foram espaços onde, de forma expressiva e alargada, se aprendeu e viveu a experiência da democracia e da participação democrática, envolvendo docentes, discentes e funcionários e tentando sair para fora dos seus muros, integrando-se como elemento estruturante da comunidade. A abolição da figura do reitor, marca das escolas do antigo regime, a constituição de órgãos colegiais directivos e pedagógicos a dirigir o processo educativo das escolas como estipulado na Lei de Bases do Sistema Educativo foram o transpor para as escolas os princípios do 25 de Abril e da Constituição da República Portuguesa. Protagonista e obreiro de avanços e proezas ao longo destas últimas décadas, num trabalho diário, tantas vezes anónimo e pouco reconhecido socialmente, ensinando e preparando os e as jovens para a cidadania, o professorado movimentou-se num campo complexo, difícil, mas

estimulante, muitas vezes minado pela própria tutela.

Os últimos anos têm assistido à degradação da cultura democrática e ao esvaziamento da participação colegial e à retracção da pedagogia em detrimento do administrativo e burocrático na vida das escolas. Têm sido duras as lutas que têm trazido às ruas milhares e milhares de professores dos vários graus de ensino, em múltiplas reivindicações pelo reconhecimento da profissão, pela sua dignificação, pela melhoria da qualidade do ensino e, em suma, pela defesa da Escola Pública.

Hoje, 46 anos depois do 25 de Abril, o País todo está em confinamento. As grandes conquistas do 25 de Abril – Serviço Nacional de Saúde, Escola Pública, Segurança Social – estão na linha da frente para responder a todos os cidadãos e cidadãs. E têm mostrado a sua vitalidade e a sua imprescindibilidade. Em duas semanas, a classe docente respondeu de forma exemplar mostrando a sua versatilidade e competência, passando das aulas presenciais para o ensino à distância. Fizeram as avaliações do 2º período e regressaram para um 3º período cheio de incertezas e dificuldades. Heróis, heroínas. Imprescindíveis. Reconhecidos pela sua resiliência.

Entre as muitas perguntas que se fazem sobre o que virá depois de se ter “resolvido” a crise da covid19, espero sinceramente que o período de confinamento tenha sido também um período de reflexão e que a sociedade passe a valorizar a Escola Pública, a classe docente, os/as auxiliares de acção educativa e os olhe com outros olhos. No entanto, lamento, mas tenho dúvidas que o Ministério da Educação o faça ou queira fazer. ■

**Viva a Escola Pública.
25 de Abril Sempre!**

Lutar! Defender a saúde e os direitos dos trabalhadores! Garantir emprego, salários, serviços públicos

Isabel Camarinha
Secretária Geral da CGTP

No ano em que se comemoram os 50 anos da CGTP-IN e os 130 anos do 1º de Maio, quando são atacados os direitos sociais, laborais e sindicais e se impõe a luta pela sua defesa, por melhores condições de trabalho e de vida, os trabalhadores contam com a Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – Intersindical Nacional, como sempre contaram.

No 1º de Maio, dia de festa e de luta, manifesta-se o carácter internacionalista das reivindicações para a emancipação dos trabalhadores, damos expressão aos laços de solidariedade que nos unem, homenageamos aqueles que antes de nós deram o seu contributo na conquista de direitos e melhores condições de trabalho e perspetivamos o novo futuro que está por trilhar.

As condições em que este ano decorrem as comemorações são inéditas. Já a tentativa patronal para tirar partido de uma crise económica, que se revela na sequência da crise pandémica, apresenta menos singularidade. A cada crise, o capital sente a necessidade, e vê a oportunidade, para atacar direitos, acentuar ritmos de trabalho, reduzir as retribuições e acentuar a exploração, seja com recurso aos instrumentos de que já dispõe, seja pela criação de novas formas de extorquir a mais-valia.

A situação em que o país enfrenta o novo coronavírus revela as fragilida-

des, mas também o alcance e potencialidades de instrumentos que os trabalhadores e o povo conquistaram

No início de 2020, o país estava marcado pela precariedade e uma legislação laboral que a potencia, pela reduzida abrangência da contratação coletiva devido ao bloqueio patronal que as normas da caducidade e da negação do princípio do tratamento mais favorável promovem, com um tecido produtivo assente em baixos salários e numa pro-

dução que incorpora um reduzido valor acrescentado.

Um país com a quarta dívida pública mais alta do mundo em proporção do PIB, com elevados níveis de desigualdade na distribuição da riqueza entre o trabalho e capital, preso às amarras da União Económica e Monetária que o governo PS insiste em seguir, cerceando assim o investimento público em prol do cumprimento do saldo orçamental, que em 2019 foi positivo à cus-



ta dos serviços públicos e das funções sociais do Estado e dos trabalhadores que as garantem.

É este o contexto de incidência do surto do novo coronavírus, em que emerge com toda a validade e importância a existência de instrumentos conquistados pela luta e a Revolução de Abril que, apesar de degradados por décadas de desinvestimento, dão uma resposta fundamental. É o caso do Serviço Nacional de Saúde, da Segurança Social, da Escola Pública (com os seus profissionais a desdobrarem-se em novas formas e métodos para chegar aos alunos, para mitigar os efeitos provocados pelo encerramento físico dos estabelecimentos de ensino), mas também de um conjunto de atividades que continuam a sua laboração e garantem bens e serviços essenciais à população no complexo momento que atravessamos. A CGTP-IN exige o cumprimento dos direitos dos trabalhadores, não só ao nível dos horários e salários, mas também do fornecimento de equipamentos de proteção individual a todos quantos mantêm ou vão retomar a sua laboração, cumprindo todas as regras que a DGS preconiza.

Consideramos ainda que as medidas adotadas pelo Governo, até ao momento, são insuficientes, altamente desequilibradas a favor do grande capital, não garantem o emprego, os salários e os direitos, fragilizam as micro, pequenas e médias empresas onde se concentra a maioria do emprego e onde ainda se torna mais premente serem assegurados os postos de trabalho e as retribuições totais dos trabalhadores, persistindo lacunas na proteção dos trabalhadores ao nível da SST, pelo que ganham força as reivindicações da CGTP-IN.

A forma como o país vai sair da presente situação depende das medidas que sejam adotadas desde já

Está em marcha uma ampla campanha ideológica que pretende incutir que os direitos dos trabalhadores são inimigos da recuperação económica do país. Pelo contrário, é na defesa e avanços nos direitos, nas condições de trabalho, na proteção do emprego e no aumento dos rendimentos de quem trabalha e trabalhou que está a chave para uma

mais rápida, robusta e justa recuperação da economia.

Assim, mais do que abandonar ou reformular as nossas exigências como alguns insistem que façamos, aquilo que ganha força como necessidade urgente são mesmo os eixos centrais em torno dos quais desenvolvemos a nossa ação. Urge o aumento geral dos salários para todos os trabalhadores e do salário mínimo nacional. Para aqueles que referem agora que tal é impossível no atual contexto, que vem aí uma crise profunda e longa, que são precisos sacrifícios..., no fundo os mesmos que já antes diziam ser impossível, que se opõem sempre a todo e qualquer avanço nas condições de vida e de trabalho da população, afirmamos que, mesmo na contingência da redução da riqueza produzida, há um nível de desigualdade na repartição entre trabalho e capital que exige o aumento dos salários e que esta melhoria é, em si, um motor do crescimento económico.

Urge promover o emprego com direitos, qualidade e estabilidade, combatendo o flagelo da precariedade. Que o digam os professores, camada profissional brutalmente sujeita a esta realidade. A melhoria da Escola Pública e do sistema de ensino nacional, é indissociável do incremento das condições de trabalho, da mesma forma que a alteração do perfil produtivo nacional é inseparável de condições de estabilidade profissional.

Urge revogar as normas gravosas da legislação laboral, desde logo as que condicionam a contratação coletiva, como a caducidade e a negação do princípio do tratamento mais favorável, mas também as que recentemente foram aprovadas e criaram mais mecanismos e formas de precariedade. O desenvolvimento do país depende de relações laborais mais equilibradas, com maior proteção dos trabalhadores e dos seus direitos.

Num tempo marcado pela evolução tecnológica, numa altura em que se perspetiva uma nova e brutal subida do desemprego, urge reduzir os horários para as 35 horas/semana para todos os sectores, sem perda de rendimento, para aumentar o emprego.

Urge reforçar a intervenção do Estado. A aposta nos serviços públicos e nas

funções sociais do Estado e a valorização dos trabalhadores da Administração Pública, não só em termos de vencimento, mas também com a contratação de mais trabalhadores para as áreas que, manifestamente, deles estão carenciadas, é absolutamente necessário. Por outro lado, a Segurança Social não pode ser descapitalizada, devendo assumir o Orçamento do Estado a cobertura das medidas que têm recorrido às suas verbas. Um reforço que passa também pela recuperação das empresas e sectores estratégicos para o desenvolvimento do país.

São necessárias alterações na política fiscal, para a tornar mais justa e o desenvolvimento das ações que conduzam à recuperação da soberania, nomeadamente na frente da política monetária. Para crescer de forma coesa, quer social, quer territorialmente, o país precisa de recuperar os instrumentos da política monetária, como fica patente nos fracos ritmos de evolução do PIB desde a entrada em circulação do euro.

Estas são as reivindicações que vamos levar ao 1º de Maio, que exigem a nossa ação, mobilização, esclarecimento e luta de todos. Em cada local de trabalho, em cada escola, é imperativo preparar a resposta a uma ofensiva que já está em marcha, que procura cavalgar ao abrigo da situação excecional que vivemos.

Este 1º de Maio, com todos os condicionamentos impostos pelo surto, será um momento de luta, de resistência e esperança no futuro.

**Contra a exploração,
pela valorização dos trabalhadores
Por um Portugal com futuro!**



Organização

Serviços

Protocolos

Cultura

Consultório Jurídico

Aos
SÓCIOS

Contacte-nos



SPGL
SINDICATO DOS PROFESSORES
DA GRANDE LISBOA

Sede Rua Fialho de Almeida, 3,
1070-128 Lisboa
•Tel: 213819100
•Fax: 213819199
•spgl@spgl.pt
•Direção: spgl@spgl.pt
•www.spgl.pt

Serviço de Apoio a Sócios
•TEL: 21 381 9129
•apoiosocios@spgl.pt

Serviço de Contencioso
•TEL: 21 381 9127
•contencioso@spgl.pt

Serviços Médicos
•TEL: 21 381 9109
•servmedicos@spgl.pt

Serviços (seguros, viagens, etc.)
•TEL: 21 381 9100
•servicos@spgl.pt

Centro de Documentação
•TEL: 21 381 9119
•fenprof@fenprof.pt

Direção Regional de Lisboa
Rua Fialho de Almeida, 3 - 3º
1070-128 Lisboa
Tel: 213819100
Fax: 213819199
drlisboa@spgl.pt

Direção Regional do Oeste
•Caldas da Rainha
Av. Engº Luís Paiva e Sousa, 4 B
2500-329 Caldas da Rainha
Tel: 262841065 Fax: 262844240
caldasrainha@spgl.pt
•Torres Vedras
Bº Vila Morena, Ed. Sol Jardim,
Lj 3 - 2º piso, Bl. 2
2560-619 Torres Vedras
Tel: 261311634 Fax: 261314906
torresvedras@spgl.pt

Direção Regional de Santarém

•Abrantes
Rua S. Domingos - Ed. S. Domingos, 3º B
2200-397 Abrantes
Tel: 241365170 Fax: 241366493
abrantes@spgl.pt

•Santarém
Rua Vasco da Gama, 16 J - 1º Esq.
2000-232 Santarém
Tel: 243305790 Fax: 243333627
santarem@spgl.pt

•Tomar
Av. Ângela Tamagnini, nº 28 r/c Esq.
2300-460 Tomar
Tel: 249316196 Fax: 249322656
tomar@spgl.pt

•Torres Novas
R. Padre Diamantino Martins,
lote 4-Loja A
2350-569 Torres Novas
Tel: 249820734 Fax: 249824290
torresnovas@spgl.pt

Direção Regional de Setúbal

•Setúbal
Rua Dr. Alves da Fonseca, 5 - 2º
2900-218 Setúbal
Telef.: 265 228 778
Fax: 265 525 935
Correio eletrónico: setubal@spgl.pt

•Barreiro
Rua Marquês de Pombal, 40 - r/c
2830-336 Barreiro
Tel: 212079395 Fax: 212079368
barreiro@spgl.pt

•Almada
R. D. Álvaro Abranches da Câmara, nº 42A
2800-015 Almada
Tel: 212761813 Fax: 212722865
almada@spgl.pt

I Série

• [Lei n.º 2/2020 - Diário da República n.º 64/2020, Série I de 2020-03-31130893436](#)

Orçamento do Estado para 2020

• [Lei n.º 3/2020 - Diário da República n.º 64/2020, Série I de 2020-03-31130893437](#)

Grandes Opções do Plano para 2020

• [Lei n.º 4/2020 - Diário da República n.º 64/2020, Série I de 2020-03-31130893438](#)

Quadro plurianual de programação orçamental para os anos de 2020 a 2023

• [Portaria n.º 88-C/2020 - Diário da República n.º 68/2020, 2º Suplemento, Série I de 2020-04-06131177573](#)

Procede ao aumento, para o ano de 2020, da comparticipação financeira da segurança social, no âmbito da aplicação do regime jurídico da cooperação previsto na [Portaria n.º 196-A/2015](#), de 1 de julho, na sua redação atual

• [Decreto-Lei n.º 14-D/2020 - Diário da República n.º 72/2020, 1º Suplemento, Série I de 2020-04-13131348864](#)

Reforça a proteção na parentalidade, dos trabalhadores que exercem funções públicas integrados no regime de proteção social convergente

• [Resolução do Conselho de Ministros n.º 19/2020 - Diário da República n.º 73/2020, Série I de 2020-04-14131393113](#)

Autoriza a realização da despesa relativa aos apoios financeiros aos centros de recursos para a inclusão decorrentes da celebração de contratos de cooperação para o ano letivo de 2020/2021

• [Resolução do Conselho de Ministros n.º 21/2020 - Diário da República n.º 73/2020, Série I de 2020-04-14131393115](#)

Autoriza a realização da despesa relativa aos apoios financeiros às cooperativas e associações de ensino especial e a instituições particulares de solidariedade social para o ano letivo de 2020/2021

• [Resolução do Conselho de Ministros n.º 26/2020 - Diário da República n.º 75/2020, Série I de 2020-04-16131463651](#)

Autoriza a realização da despesa relativa aos apoios financeiros às escolas particulares de educação especial, decorrentes da cele-

bração de contratos de cooperação para o ano letivo de 2020/2021

II Série

• [Despacho n.º 4640-B/2020 - Diário da República n.º 75/2020, 1º Suplemento, Série II de 2020-04-16 131596079](#)

Determinação dos apoios financeiros às instituições sociais no âmbito da educação pré-escolar para o ano letivo de 2018-2019

• [Despacho Normativo n.º 5/2020 - Diário da República n.º 78/2020, Série II de 2020-04-21 132136109](#)

Procede à alteração do Despacho Normativo n.º 6/2018, de 12 de abril, que estabelece os procedimentos de matrícula e respetiva renovação e as normas a observar na distribuição de crianças e alunos

COVID-19

Legislação relativamente ao COVID-19 disponível em <https://www.spgl.pt/covid-19-legislacao-informacao>

Consulte a nossa página em

www.spgl.pt



Exercício de funções não docentes

(Situações em que tais funções são equiparadas a serviço docente efetivo)

Os artigos 38º e 39º do Estatuto da Carreira Docente (doravante ECD) identificam as situações em que, não se encontrando a exercer funções docentes, o pessoal docente continua a beneficiar da contagem de tempo de serviço que entretanto se encontre a prestar, para efeitos da respetiva progressão na carreira. De acordo com o primeiro dos referidos preceitos legais encontram-se na referida situação os docentes que prestem serviço no âmbito de cargo ou função “... cujo regime legal preveja a salvaguarda na carreira de origem do direito à contagem do tempo de serviço prestado”. Contrariamente ao que sucedia em versão anterior do ECD, este preceito legal não elenca taxativamente (nem de forma exemplificativa) quais os cargos ou funções que o legislador pretendeu abranger no seu âmbito. O elenco taxativo contido na anterior redação da norma abrangia apenas cargos e funções que fossem reconhecidas pelo Ministro da Educação como de interesse público (a título de exemplo a norma em questão identifica o de Presidente da República, deputados, ministros, governadores civis, chefes de gabinete, ministros do governo, dirigentes sindicais, presidentes da Câmara e de Juntas de Freguesia, etc.). Tudo indica que a opção do legislador pelo elenco taxativo dos cargos e funções na primeira versão se prende exclusivamente pelo caráter excecional da norma. Contudo, se por um lado o referido elenco da versão anterior da norma em questão pode constituir um elemento valioso na interpretação e aplicação da que atualmente vigora, por outro lado, a sua ausência também pode conduzir a interpretações mais restritivas do seu conteúdo.

Ainda sobre a contagem excecional do tempo de

serviço para efeitos de progressão na carreira, o artigo 39º do ECD vem também nela abranger os períodos relativos à mobilidade na carreira ou seja, em situação de requisição, destacamento e comissão de serviço no exercício de funções docentes “... que revistam natureza técnico-pedagógica”. Contudo, o legislador também veio condicionar a equiparação em causa ao cumprimento do seguinte requisito: o de os períodos referentes a qualquer das supra identificadas situações de mobilidade não excederem “... dois anos do módulo de tempo de serviço que for necessário para os referidos efeitos com avaliação de desempenho igual ou superior a Bom durante o referido período”. O mesmo preceito legal vem ainda determinar que os períodos de mobilidade que excedam o limite supra identificado “... relevam na contagem do tempo de serviço docente efetivo para efeitos de progressão na carreira se o docente obtiver na primeira avaliação de desempenho posterior ao regresso ao serviço docente efetivo menção qualitativa igual ou superior a Bom”.

É de esclarecer que as funções ou cargos de natureza técnico-pedagógica se encontram identificadas na Portaria nº 343/2008, de 30 de abril e correspondem àquelas que “... pela sua especialização, especialidade ou especial relação com o sistema de educação e ensino, requerem, como condição para o respetivo exercício as qualificações e exigências de formação próprias do pessoal docente”.

Para qualquer esclarecimento adicional de qualquer dúvida relativa a esta matéria deverão os sócios do SPGL contactarem os serviços de Apoio a Sócios e Contencioso do SPGL. ■

AÇÃO E LUTA POR UM
PORTUGAL COM FUTURO!

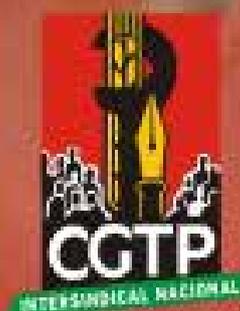
50
ANOS

COM OS TRABALHADORES

1.º MAIO

LUTAR!

DEFENDER A SAÚDE
E OS DIREITOS DOS
TRABALHADORES



GARANTIR
EMPREGO / SALÁRIOS
SERVIÇOS PÚBLICOS